

Relatório Anual

2018

“Vidas são descartáveis aos olhos humanos sedados pela ganância, autoritarismo, e vaidades do poder!

Pouco ou nada valem, senão para a submissão da autocracia dominante, que reina soberana sem se quer aceitar apelo e interferência da população, massacrada nessa luta feroz de jogo de interesses.”

VALERIA NUNES DE ALMEIDA E ALMEIDA

Sumário

Introdução

SMDH: histórico, missão, finalidades estatutárias e objetivos

Infraestrutura

Resumo Financeiro

Projeto e Atividades

Introdução:

Este relatório traz uma descrição pormenorizada das atividades da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH) no ano de 2018. O seu objetivo é dar publicidade e transparência às ações da SMDH, enumerando as ações realizadas pela instituição, e informando as respectivas despesas inerentes à realização das suas atividades e projetos.

Um breve histórico da instituição inicia o documento, informando também a missão e os objetivos da SMDH para que, em seguida, seja realizada uma descrição da estrutura da instituição, no que diz respeito aos bens patrimoniais e à composição dos recursos humanos. Na sequência, é apresentado um resumo dos custos operacionais no ano de 2017, e dos recursos obtidos durante o mesmo período.

Por fim, são descritas as atividades inerentes aos projetos desenvolvidos pela SMDH, e cada uma das ações específicas realizadas através destes projetos (formações, audiências públicas, elaboração de notas técnicas, relatórios, acompanhamento de audiências judiciais, assessoramento jurídico, psicológico e social, dentre muitas outras), detalhando os objetivos, e os resultados destas atividades.

Trata-se de uma ferramenta de monitoramento e visualização do trabalho desenvolvido pela SMDH e do orçamento da mesma no período de 2017. A publicidade e a transparência destas informações possibilitam o controle social e o monitoramento dos investimentos e das ações realizadas pela Sociedade Maranhense de Direitos Humanos.

SMDH: histórico, missão, finalidades estatutárias e objetivos

A Sociedade Maranhense de Direitos Humanos - SMDH nasceu em 12 de fevereiro de 1979, período de efervescência política, marcado por um contexto nacional de grandes violações a Direitos Humanos. A entidade logo se tornou espaço de militância e de confluência dos movimentos sociais do Maranhão contra a ditadura e na luta pela democratização. Desde então, a SMDH tem adotado uma linha de ação que articula atividades de promoção, proteção e defesa dos direitos humanos.

Na defesa dos direitos humanos tem atuado em nível nacional e internacional, tendo várias denúncias admitidas pelo OEA, dentre os quais as Medidas Provisórias do Complexo

Penitenciário de Pedrinhas impetradas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, objeto de ação da SMDH e mais três entidades parceiras.

A SMDH tem como missão disseminar uma nova concepção de Direitos Humanos, que se contraponha à naturalização da violência, resgatando a vida como valor fundamental e incorpora, às suas atividades, a concepção da integralidade, interdependência e universalidade dos direitos humanos.

Tem como finalidades estatutárias:

I – Contribuir para a promoção e defesa dos direitos humanos individuais e coletivos, nas dimensões de gênero, etnia e geração;

II – Estimular, fortalecer e assessorar os trabalhadores e trabalhadoras rurais e urbanos, quilombolas, testemunhas e vítimas ameaçadas, bem como a sociedade civil organizada, órgãos públicos, mídia e sociedade em geral na definição e busca de aplicação dos direitos humanos;

III – Sensibilizar a comunidade para que adote e estimule a incorporação de princípios e práticas agroecológicas, valorizando os saberes e os recursos naturais locais para garantir a agricultura familiar sustentável e a segurança alimentar;

IV – Fortalecer, ampliar e divulgar os direitos humanos, assim como seus mecanismos de defesa e garantia;

V - Promover a formação e a capacitação em políticas públicas, propondo e reivindicando sua implementação;

VI – Possibilitar o acesso à Justiça em casos de violações de direitos humanos, privilegiando as ações coletivas;

VII – Favorecer a defesa, preservação e conservação do meio ambiente, inclusive, com patrocínio de ações judiciais cabíveis;

IX – Promover direitos estabelecidos, assim como a construção de novos direitos e

X – Promover estudos e pesquisas, bem como a produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos.

Na operacionalização das suas finalidades a SMDH:

- Realiza levantamentos e pesquisas sobre aspectos da realidade maranhense e nacional;
- Assessora movimentos e organizações não governamentais sobre temas como acesso à justiça e segurança pública, combate à tortura e violência policial, justiça sócio ambiental, garantia de direitos, defesa do meio ambiente, da terra e dos direitos territoriais de comunidades;
- Promove ações de educação em direitos humanos junto às lideranças comunitárias, operadores do sistema de justiça e segurança, saúde e educação;
- Protege pessoas ameaçadas, integrando o Sistema Nacional de Proteção a Testemunhas;
- Intermedia proposições e demandas advindas de trabalhadores e trabalhadoras rurais junto a órgãos públicos e privados na forma de propostas, denúncias e outros mecanismos de defesa de direitos;
- Informa a sociedade civil sobre matérias de interesse coletivo relacionadas às mortes violentas, aos despejos forçados, ao combate à tortura, à proteção de pessoas ameaçadas, à luta pela terra e pelos direitos territoriais, aos impactos socioambientais de grandes projetos e acerca do controle social;
- Elabora propostas acerca da institucionalidade protetiva aos direitos humanos e
- Articula as entidades da sociedade civil organizada na luta contra todas as formas de discriminação, violência e exclusão dos segmentos sociais vulnerabilizados, formulando denúncias e processos de responsabilização.

Tais estratégias visam o fortalecimento de uma cultura de respeito às diversidades e a construção de um mundo com justiça e direitos humanos.

A SMDH mantém uma estrutura organizativa colegiada de articulação e deliberação, de forma a possibilitar maior incidência na realidade estadual e nacional onde atua, contemplando os seguintes espaços:

- Assembleia Geral: órgão máximo de deliberação e formulação de políticas da SMDH, constituído por todos os seus associados, devendo reunir-se anualmente

em caráter ordinário e extraordinariamente quando se fizer necessário, instalando-se com um quórum mínimo de metade mais um dos sócios que estiverem em pleno gozo de seus direitos;

- Coordenação Colegiada: composto por três membros efetivos e três suplentes eleitos por um período de dois anos; coordena a execução das políticas e deliberações aprovadas pela Assembleia Geral, zelando pelo cumprimento dos Estatutos e dos planejamentos anuais da entidade, além de buscar e desenvolver políticas de sustentação financeira para a entidade;
- Conselho Consultivo: constituído por cinco pessoas engajadas na luta pelos Direitos Humanos, associados ou não à SMDH; emite parecer sobre as políticas adotadas pela entidade, em nível da cooperação multi e bilateral, ou da articulação com movimentos sociais, organizações governamentais e ONGs, nacionais e/ou internacionais, além de opinar sobre questões suscitadas pelo Conselho Diretor e pelas equipes de trabalho.

Infraestrutura:

Tem instalações – sede em Brasília e São Luís (MA) e Escritório na BA, possuindo a seguinte infraestrutura:

- Escritório de Brasília: 16 computadores de mesa, sendo 10 da SMDH e 04 do poder público, 05 notebooks da SMDH, 07 impressoras, 01 veículo, 02 Fax e
- Escritório São Luís: 13 computadores, 06 notebooks, 09 impressoras, 01 Datashow, 02 Fax, 01 veículo próprio, casa própria – 80 a 100 mil na Rua da Saúde, Centro – São Luís/MA;
- Escritório Bahia: 03 computadores, 01 notebook, 02 impressoras;

Resumo Financeiro (Prestação de Contas 2018)

➤ PROGRAMA FEDERAL

PROGRAMA FEDERAL		
PERÍODO JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018		
Classificação	Descrição	Valores
	SALDO ANTERIOR	1.390.130,02
	CREDITOS ORÇADOS	
1-1-01-01-001	CREDITOS ORCAMENTARIOS	3.877.465,55
1-1-03-01-002	RENDIMENTOS DE APLICACOES FINANCEIRAS	50.591,84
	TOTAL DE RECURSOS	5.318.187,41
2- - - -	APLICAÇÃO DE RECURSOS	
2-1-01- - -	DESPEAS COM PESSOAL	1.672.496,12
2-4- - -	DESPEAS COM DESLOCAMENTO	918.470,86
2-5- - -	DIÁRIAS	289.218,98
2-6- - -	DESPEAS COM ATIVIDADES FORUM ENTIDADES GESTORAS	261.218,04
2-8- - -	GASTOS COM BENEFICIARIOS	192.539,88
2-9- - -	DEPEAS COM ATENDIMENTO/FUNIONAMENTO	442.442,69
2-9- - -	BENS DE CAPITAL	27.666,21
	TOTAL DE RECURSOS	5.318.187,41
	TOTAL DA APLICAÇÃO	3.804.052,78
	SALDO	1.514.134,63

A proteção é uma das dimensões da realização de direitos humanos. Deste modo, a proteção à luz dos direitos humanos se materializa por uma ação conjunta com promoção e defesa de direitos, dentro de uma perspectiva histórica e emancipatória, onde todas as vidas valem.

A proteção nasce como processo popular e político junto com as organizações de direitos humanos até se constituir em política pública nacional com o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (PROVITA), instituído pela Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999. Foi sendo ampliada para o atendimento a defensores e defensoras de direitos humanos e para crianças e adolescentes ameaçados de morte, dando origem

a dois outros programas, denominados de Programa Nacional de Proteção de Defensores de Direitos Humanos (PNPDDH) e Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM). Todos estão vinculados à política de direitos humanos e, conseqüentemente, guardam marcas que os diferencia da proteção feita no âmbito das políticas de assistência social e de segurança pública, *stricto sensu*.

As pessoas incluídas no programa federal de assistência a vítimas e testemunhas ameaçadas estão expostas à coação ou grave ameaça à sua integridade física, em geral em consequência de colaboração com investigação ou processo judicial (PROVITAS).

O Programa tem duas perspectivas fundamentais - a preservação da vida biológica e o processo de reinserção social seguro, longe do risco/ameaça, preservando sempre o protagonismo dos (as) protegidos (as).

O projeto desenvolvido pela SMDH em 2018 deu continuidade à execução das ações do Projeto Nacional do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas, que compreende as atividades de Coordenação de Rede, Coordenação e Desenvolvimento do Processo de Monitoramento do Sistema Nacional de Proteção a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas, Coordenação da Equipe Nacional de Permutas e desenvolvimento das atividades do Programa Federal de Proteção a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas.

O projeto prevê duas Metas – Viabilizar a colaboração em Inquérito ou Processo Criminal e Aprimoramento do Programa de Proteção.

A primeira meta prevê 02 atividades, subdivididas em várias ações, conforme descrição abaixo:

Atividade 1.1 Atendimento a interessados em ingressar no Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas ameaçadas

Ação 1.1.a - Triagem das vítimas e testemunhas ameaçadas e seus familiares

Ação 1.1.b - Apresentação do caso ao Conselho Deliberativo

Atividade 1.2. Atendimento aos usuários

Ação 1.2.a - Inclusão dos usuários na Rede Voluntária de Proteção

Ação 1.2.b - Acompanhamento aos usuários

Ação 1.2.c - Encontro familiar

Ação 1.2.d - Participação das vítimas e testemunhas em procedimento inquisitorial ou em juízo

Ação 1.2.e – Transferência de local de proteção de usuários

Por aditivo, no ano de 2018, foi incluído o atendimento direto de 10 núcleos.

A segunda meta prevê 06 atividades com algumas ações:

Atividade 2.1 Capacitação integrantes da equipe técnica do Programa de Proteção e outros atores do Sistema de Proteção, em especial a Rede Voluntária de Proteção.

Ação 2.1.a - Realização 01 Curso Centralizado de Aperfeiçoamento Direitos Humanos. (60 participantes)

Ação 2.1 b - Participação em Atividades de Atualização e Qualificação Profissional. (4 participantes)

Ação 2.1 c - Realização de oficinas e estudos sobre temáticas inerentes ao processo de proteção – matriz de risco, saúde mental/dependência química, mudança de nome e reinserção social junto a segmentos vulnerabilizados (adolescentes desacompanhados, população de rua, povos tradicionais, LGBT)

Por aditivo, no ano de 2018, foi incluída a realização do Encontro Nacional do Sistema de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas.

Atividade 2.2 - Fortalecimento do papel dos atores do Programa

Ação 2.2 a - Participação dos representantes das Entidades da Sociedade Civil e Equipes Técnicas em atividades que tratem do aprimoramento e fortalecimento do Programa, bem como em Encontros e Seminários (20 participantes)

Atividade 2.3. Gestão do Programa

Ação 2.3.a - Formalização e acompanhamento do convênio

Atividade 2.4. Realização das reuniões do conselho deliberativo federal

Atividade 2.5. Realização de planejamento das ações e atividades da equipe técnica do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas

Atividade 2.6. Realização de atividades de monitoramento do sistema de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas

12.2. AÇÕES EXECUTADAS

Todas as ações previstas foram realizadas, conforme discriminação abaixo:

Atividade 1.1 Atendimento a interessados em ingressar no Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas ameaçadas.

O programa federal de assistência a vítimas e testemunhas ameaçadas recebeu, no período de 22 de dezembro de 2016 a 31 de dezembro de 2018, 55 solicitações de triagem, realizou 70 atividades de triagem¹, elaborou 42 relatórios, os quais foram encaminhados à CGPT e apresentados ao Conselho Deliberativo do Programa Federal (CONDEF), que deliberou pela inclusão de 26 casos.

Atividade 1.2. Atendimento aos usuários

Estiveram sob proteção do programa federal de assistência a vítimas e testemunhas ameaçadas permanentemente uma média de mais de 36 casos, correspondendo à média mensal de mais de 108 pessoas protegidas, tendo sido realizadas, no período em referência, a inclusão de 31 núcleos no programa de proteção. Foram realizadas, ainda 16 transferências de locais de proteção em virtude da garantia da segurança das pessoas protegidas.

Ao mesmo tempo foram desligados do programa 35 núcleos, 10 casos foram excluídos e um (01) caso teve a proteção suspensa.

Todos os núcleos protegidos são orientados por um Plano de Ação Protetiva – PAP, orientado por seis indicadores - direito à vida e a integridade física, promoção da convivência familiar e organização social, fortalecimento das condições subjetivas, promoção ao acesso e usufruto de direitos, trabalho e produção da subsistência e acompanhamento e orientação jurídica.

Dentre as atividades de acompanhamento a realização dos Encontros familiares é uma marca da proteção em direitos humanos, garantido às pessoas ameaçadas e que estão

contribuindo com a justiça o direito à convivência familiar, assim foi garantida a realização de 14 encontros familiares.

Outro marco do programa é a contribuição com a justiça, tendo o projeto garantido todas as demandas de apresentação em juízo, às quais somaram 46 audiências, envolvendo 55 testemunhas ou vítimas.

No período foram elaborados 89 relatórios de casos acompanhados e 159 situações de casos foram pautadas no CONDEF, dentro os quais 14 situações de alteração de nome, estando 06 sentenciados favoravelmente, 02 suspensos, 04 devidamente instruídos e 05 na fase preliminar de coleta de documentos para instrução dos processos.

Atividade 2.1 Capacitação integrantes da equipe técnica do Programa de Proteção e outros atores do Sistema de Proteção, em especial a Rede Voluntária de Proteção.

Foi realizado 01 Curso Centralizado de Aperfeiçoamento Direitos Humanos, com a participação de toda a equipe do projeto.

Mensalmente foram realizados estudos temáticos, com a participação de parceiros voluntários sobre: Pensamento Paulo Freire (02 momentos, com a análise de 16 textos), Plano de Ação Protetiva (PAP), Segurança da Informação, Criminologia Crítica (02 momentos com estudo de 04 textos), Autocuidado e Estudo PL 3734/2012 SUSP.

Foi realizado, durante 04 dias o encontro/reunião das instancias do programa e o seminário nacional dos agentes de proteção, envolvendo 202 pessoas, representando entidades gestoras, secretarias convenentes, equipes técnicas, conselhos deliberativos de 15 programas de proteção implantados e em funcionamento no território nacional

Atividade 2.2 - Fortalecimento do papel dos atores do Programa

Foram garantidas a participação da sociedade civil nas reuniões do Fórum Nacional de Entidades Gestoras – FNEG e na Câmara Técnica do Monitoramento.

Atividade 2.3. Gestão do Programa

Foram elaborados o Projeto Básico, o Plano de Trabalho, a prestação de conta parcial, o planejamento das atividades do período, avaliações semestrais, monitoramento mensal e atividades de supervisão junto a cada uma das dimensões do projeto.

Também foi elaborado projeto básico de aditivo de recursos para realização do encontro nacional e do atendimento direto de 10 núcleos

Atividade 2.4. Realização das reuniões do conselho deliberativo federal

A Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, como representante da sociedade civil no CONDEF esteve presente em todas as reuniões do referido conselho, sendo apresentados 159 demandas de casos acompanhados para deliberação junto ao CONDEF, além dos 52 casos de triagem apreciados.

Atividade 2.5. Realização de planejamento das ações e atividades da equipe técnica do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas

Dentre as ações de gestão do projeto foram realizadas: duas atividades de planejamento, três avaliações e quatorze atividades de monitoramento do planejamento

Atividade 2.6. Realização de atividades de monitoramento do sistema de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas

Foram realizadas atividades de visita de monitoramento, seleção de equipes técnicas e acompanhamento de processo de transição de entidades gestoras, conforme segue:

➤ Seleção de Equipe Técnica:

Foram realizados processos seletivos nos PROVITA Espírito Santo (AS e PSI), Programa Federal (02 seleções para PSI, AS e ADV), Minas Gerais (AS, PSI, ADV e Articulador de Rede), Acre(ADV) e Paraná (ADV), CE (toda a equipe), Bahia (PSI e ADV), seguidos de processo de capacitação, observando que no Ceará, a seleção foi para toda a equipe, já que a entidade gestora foi alterada.

➤ Visitas de Monitoramento

Foram realizadas atividades de **Monitoramento dos PROVITASC, RJ, MG, ES e PA** e visita ao **PROTEGE RS** a pedido do FNEG, de forma a analisar a possibilidade do mesmo realizar com o FNEG a estratégia de permuta.

Também foi realizada **atividade de retorno ao PROVITA SC**, inicialmente visando o monitoramento das orientações emanadas na visita de monitoramento.

12.3. BENEFÍCIOS ALCANÇADOS

São beneficiados com as atividades do projeto atualmente:

- ✓ 13 entidades gestoras dos PROVITAS,
- ✓ 13 coordenadores (as) de equipes técnicas interdisciplinares.

- ✓ 30 núcleos permutados, totalizando 72 pessoas protegidas.
- ✓ 37 núcleos no Programa Federal, totalizando 127 pessoas protegidas.
- ✓ 202 agentes de proteção participaram do Encontro Nacional dos Programas de Proteção.

12.4. DIFICULDADES ENCONTRADAS

- ✓ A debilidade na garantia de acesso seguro dos usuários do programa aos direitos como trabalho, habitação, educação, saúde, assistência social, dentre outros.
- ✓ Debilidade no marco legal que garanta aos usuários mudança de nome, ou de identidade, inclusive provisoriamente.
- ✓ Superação da lógica dos convênios nos programa estaduais, que impacta a continuidade de programas, resultando na paralização de programas, em lapsos temporais e responsabilização das entidades gestoras por atrasos ou não cumprimento de obrigações sociais.
- ✓ Falta de marco regulatório sobre prestação de contas.
- ✓ Debilidade de capacitação dos agentes de proteção acerca da política de proteção como uma política em direitos humanos.
- ✓ Predomínio de uma cultura seletiva e punitivista.

➤ PROGRAMA ESTADUAL - MA

PROVITA MARANHÃO		
PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018		
Classificação	Descrição	Valores
	Saldo anterior	54.506,06
1-1-01- -	CREDITOS ORÇADOS	
1-1-01- -	CREDITOS ORCAMENTARIOS	1.783.042,88
1-1-02-	CREDITOS DE PERMUTA DIVERSOS	71.537,78
1-1-03-	RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES	1.300,16
	TOTAL DOS RECURSOS	1.910.386,88
2-0-00-00-000	APLICAÇÃO DE RECURSOS	-
3-4-00-00-00	SALARIO / ENCARGOS	702.687,19
2-0-00-00	DESPESAS COM SERVIÇOS	94.042,06
6-1-00-00	ATENDIMENTO/FUNC DO PROGRAMA	217.166,55
7-1-00-00	FUNDO DE APOIO AO USUÁRIO	676.710,59
	TOTAL DOS RECURSOS	1.910.386,88
	TOTAL APLICAÇÃO DO RECURSOS	1.690.606,39
	SALDO DO PERÍODO	219.780,49

I. Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas do Maranhão

O Programa Estadual de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas do Maranhão foi instituído em de 11 de março de 2003, por meio do Decreto n.º 19.446. É executado pela Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular – SEDHIPOP e gestado pela Sociedade Maranhense de Direitos Humanos – SMDH, em seus doze anos de existência.

O planejamento do PROVITA/MA estabelece o cumprimento de duas metas: 1 - Viabilização da colaboração de sujeitos em proteção em inquérito ou processo criminal e 2 – Aprimoramento o Programa de Proteção.

A primeira meta refere-se de forma geral, às **ações de atendimento a interessados**

ou **protegidos** realizadas pelo programa, relativas à análise e apreciação de pedidos de inclusão no programa, até o acolhimento, acompanhamento e apresentação em inquérito ou processo criminal. Tais ações foram assim realizadas ao longo do ano de 2018:

- Atendimento a interessados em ingressar no Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas ameaçadas.

No ano de 2018 foram realizados 22 procedimentos de triagem e pré-triagem para efeito de análise dos requisitos de ingressos no programa. São previstas a realização de análise documental, entrevistas com interessados(as) e a produção de Termo de Declaração, pareceres e relatórios de triagem.

Foi levado ao conhecimento do Conselho Deliberativo relatório técnico de 04 casos triados. No período, foram acolhidos 03 núcleos, com 4 pessoas, e houve nascimento de 01 de criança filha de sujeitos em proteção, totalizando 05 pessoas acolhidas em 2018.

O PROVITA/MA recebeu 26 solicitações de ingresso em 2018, das quais 11,6% foram da Sociedade Civil (SMDH), 35% do Ministério Público do Maranhão, 3,8% da Defensoria Pública do Maranhão, 11,6% da Ouvidoria de Direitos Humanos do Estado do Maranhão, 19% autoridade policial (Polícia Civil), 3,8% da Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular, 3,8% Secretaria de Estado do Meio ambiente, 3,8% OAB/MA, 3,8% Câmara Federal e 3,8% o próprio interessado.

Merecem destaques as solicitações em decorrência de homicídio e tentativas de homicídio por agente público (Polícia Militar) e casos de corrupção, bem como a manutenção de elevados índices de solicitações em razão de ameaças perpetradas por facção criminosa ligada ao tráfico de drogas.

- Atendimento aos usuários

Esta ação compreende um conjunto de atividades relacionadas ao acolhimento e acompanhamento dos sujeitos em proteção, que corresponderam a 50 pessoas acompanhadas ao longo do ano, com a média de 42 pessoas por mês. As atividades de

rotina de acompanhamento do programa são voltadas à reinserção social de sujeitos em proteção em local seguro, por meio da reconstrução de vínculos sociais, comunitários e afetivos e do acesso a direitos. O direito à convivência familiar com aqueles que não ingressaram no programa, dá-se por meio do Encontro Familiar, contudo em razão da insuficiência de recurso, dado ao acompanhamento de número de pessoas acima da meta financeira, não foram realizados os 02 encontros familiares previsto para o anos de 2018, os quais foram reagendados para o ano seguinte.

Quanto à apresentação em procedimento judicial, foram apresentadas 03 vítimas e testemunhas em 03 audiências designadas.

A segunda meta refere-se ao **aprimoramento do Programa de Proteção**, para o qual foram previstas as seguintes ações:

- Capacitação integrantes da equipe técnica do Programa de Proteção, bem como integrantes do Conselho Deliberativo e outros atores e agentes públicos envolvidos com o Programa de Proteção.

Essa ação desenvolveu-se por meio da inserção de membros da equipe técnica em atividades e processos realizados no âmbito da entidade gestora. Assim, houve a participação de técnicos no processo de monitoramento dos direitos humanos no Maranhão, por meio do levantamento e acompanhamento dos dados relacionados às mortes violentas e dos estudos voltados à temática da violência, segurança pública, desenvolvimento e direitos humanos.

Houve também a participação de todos os membros da equipe no Encontro Nacional 2018- PROVITA 20 anos protegendo vidas e garantido direito, realizado entre 05 e 08 de junho em Brasília-DF, do Seminário Estadual do Sistema de Proteção à Vida, realizado em São Luís nos dias 31.10 e 01.11.2018, do Curso de aperfeiçoamento em Direitos Humanos Edição 2018, Oficina sobre Plano de Ação Protetiva, realizada entre 25 e 26 de setembro de 2018 e a realização de atividade de autoproteção na Caravana de Direitos Humanos 2018, em Brejo.

- Fortalecimento do papel dos atores do Programa

A consolidação e aprimoramento da Política de Proteção passa, necessariamente pelo fortalecimento de seus atores nacionais e locais por meio de ações sistemáticas e da participação de momentos mobilização, articulação e diálogo. Neste sentido, destaca-se em 2018 a participação nas seguintes atividades nacionais:

- Reunião do Fórum de Entidades Gestoras, realizadas no Rio de Janeiro e em Brasília
- Reunião com a Coordenação Geral de Proteção a Testemunhas – CGPT;
- Encontro Nacional 2018- PROVITA 20 anos protegendo vidas e garantido direito

No âmbito estadual, foram realizadas as seguintes atividades:

- Seminário Estadual do Sistema de Proteção à Vida
- Reunião com Secretaria Municipal de Educação de São Luís a fim de solicitar edição de normativa para acesso de sujeitos em proteção na rede pública municipal de ensino;
- Reunião com Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Maranhão a fim de solicitar edição de normativa para acesso de sujeitos em proteção na rede IEMA e vestibular UEMA;
- Reunião com Secretária Municipal de Urbanismo de São Luís a fim de solicitar edição de normativa que garanta o acesso seguro aos sujeitos em proteção às políticas habitacionais e solicitação de unidades do Programa Minha Casa Minha Vida ao sujeitos em proteção;
- Reunião com Delegado Carlos Damasceno, da Polícia Civil do Estado do Maranhão, a fim de tratar sobre fluxo no atendimento do pouso da Secretária de Segurança Pública e
- Audiências com a SEMCAS de São Luís, a fim de iniciar tratativas sobre acesso seguro às políticas de assistência social.

Em relação à gestão é realizada através de ações de planejamento (anual), monitoramento (mensal) e avaliação (semestral). Tem como instrumentos relacionados ao projeto os convênios e termos aditivos, Relatórios trimestrais de execução do projeto básico e Relatório final de prestação de contas.

Em 2018 foi celebrado Termo de Cooperação Técnica nº 31/2018 – SISNAVT.

Em relação à realização das reuniões do conselho deliberativo estadual, além das deliberações sobre inclusão ou exclusão de usuários o CONDEL debateu a normativa de acesso seguro nas políticas públicas de saúde, educação, assistência social, habitação, ciência e tecnologia, bem como Projeto de Lei que institui o Sistema Estadual de Proteção à Pessoas Ameaçadas no Estado do Maranhão. Em 2018, foram realizadas 10 reuniões do Conselho Deliberativo Estadual, além de 1 reunião extraordinária.

Foram constituídas e formalizadas parcerias institucionais para garantia de acesso a políticas públicas sociais pelos usuários de forma segura, bem como foram mantidas articulação com:

-Portaria Semcas São Luís- Ma Nº 256 de 14 de agosto de 2018, que institui protocolo de atendimento sigiloso aos sujeitos em proteção ofertados pela SEMCAS.

- a Secretaria de Estado da Educação-SEDUC/MA, que editou a Portaria Nº 58/2017, de 17.01.2017, que garante o acesso seguro e a permanência desses estudantes protegidos em todos os estabelecimentos de ensino da Rede;

- o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, que editou o Provimento 006/2017, de 17.04.2017, que estabelece máxima prioridade na tramitação, em primeiro e segundo graus, de inquéritos e processos quando envolverem indiciado, acusado, vítima ou réu colaborador, vítima ou testemunha protegidas;

- a Secretaria de Estado da Saúde, por meio da Central de Regulação de Serviços de Saúde, que garantiu a realização de atendimentos seguros em diferentes áreas;

- a Secretaria de Estado da Saúde, que editou a Portaria Nº 852/2017, de 30.11.2017, que garante o acesso seguro dos sujeitos em proteção à Rede Pública de Saúde no Maranhão.

- a Secretária Municipal de Urbanismo de São Luís a fim de solicitar edição de normativa que garanta o acesso seguro aos sujeitos em proteção às políticas habitacionais;

- a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia e com a Universidade Estadual do Maranhão – UEMA para edição de Normativa que garanta acesso seguro aos sujeitos em

proteção à rede IEMA e vestibular da UEMA;

Ainda foi possível avançar na ampliação e fortalecimento de vínculos com os parceiros que integram a Rede Solidária de Proteção no âmbito da sociedade civil.

➤ PROGRAMA ESTADUAL – BA

PROVITA BAHIA		
PERIODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018		
Classificação	Descrição	Valores
	Saldo anterior	
1-1-01- -	CREDITOS ORÇADOS	
1-1-01-01-001	RECEITAS ORÇAMENTARIAS	897.404,48
1-1-02-01-001	RECEITAS PERMUTA	18.670,06
	RENDIMENTO DE APLICACAO	1.335,53
	TOTAL DOS RECURSOS	917.410,07
2-0-00-00-000	APLICAÇÃO DE RECURSOS	-
2- - - -	DESPESAS CORRENTES	-
2-0-01	DESPESAS COM PESSOAL	315.916,12
2-0-02	ATENDIMENTO / FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA	143.750,10
2-0-03	FUNDO DE AOPIO AO USUARIO	207.412,61
2-0-04	BENS IMOBILIZADO	25.614,97
	TOTAL DOS RECURSOS	917.410,07
	TOTAL APLICAÇÃO DO RECURSOS	692.693,80
	SALDO DO PERIODO	224.716,27

1- INTRODUÇÃO

Atendendo a exigência pactuada em Termo de Colaboração de nº 002/2018 firmado entre a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos- SMDH e a Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social – SJDHDS do Estado da Bahia, bem como ao disposto na Lei nº 13.019/2014 (marco regulatório das organizações da sociedade civil – MROSC) elaborou o presente Relatório Anual de Atividade e Avaliação.

Para tanto, a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, no curso da gestão do Programa de Proteção a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas- PROVITA BA apresenta, a seguir, o relatório de execução do objeto e o cumprimento das metas, no período de maio a dezembro de 2018.

2- CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO

DATA		AÇÃO
20/04/2018		Publicação no Diário Oficial do Termo de Colaboração 002/2018 firmado ente a SMDH e a SJDHDS para Execução do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunha Ameaçadas do Estado da Bahia
30/04/2018		Reunião entre a Instituição Beneficente Conceição Macedo – IBCM e a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos para repasse dos relatórios dos casos sob proteção e casos em triagem.
15/05/2018		Recurso financeiro no importe de R\$ 388.579,19 (trezentos e oitenta e oito mil quinhentos e setenta e nove reais e dezenove centavos) disponibilizado na conta da SMDH referente a parte do valor da primeira parcela
23 25/05/2018	a	Seleção e capacitação da Equipe Técnica do PROVITA BA. Realizada pela Equipe do Monitoramento Nacional.
05 08/06/2018	a	Participação de toda a Equipe do PROVITA BA no Encontro Nacional dos Programas de Proteção a Vítimas e Testemunha Ameaçadas em Brasília - DF
11,12 13/07/2018	e	Participação da Coordenação da Equipe do PROVITA BA na reunião das Coordenações da SMDH, em São Luís para Avaliação Semestral.
24/07/2018		Recurso financeiro no importe de R\$ 197.404,48 (cento e noventa e sete mil quatrocentos e quatro reais e quarenta e oito centavos) disponibilizado na conta da SMDH referente a parte do valor da primeira parcela
25 26/07/2018	a	Participação da Coordenação e da Psicóloga da Equipe do PROVITA BA na oficina sobre a construção do Plano de Atendimento Protetivo-PAP, em Brasília - DF
16/10/2018		Recurso financeiro no importe de R\$ 276,400,29 (duzentos e setenta e seis mil quatrocentos reais e cinquenta e dois centavos) referente a primeira parte da segunda parcela, disponibilizado na conta da SMDH
16/10/2018		Recurso financeiro no importe de R\$ 35.020,52 (trinta e cinco mil e vinte reais e cinquenta e dois centavos) referente ao valor destinado a compra de moveis e equipamentos, disponibilizado na conta da SMDH
16 17/10/2018	a	Participação da Coordenação e da Psicóloga da Equipe do PROVITA BA no curso de formação em Direitos Humanos, em Brasília - DF
04 06/12/2018	a	Visita da Equipe de Monitoramento Nacional para Monitorar a Execução do PROVITA BA
06/12/2018		Reunião da Equipe de Monitoramento, coordenação da equipe do PROVITA BA com a Procuradora Geral de Justiça – Dra. Ediene Lousado para indicação de promotor para compor o CONDEL BA e disponibilização de uma sala exclusiva, no prédio do MP, no Bairro de Nazaré, para a equipe do PROVITA BA realizar atendimentos.
07/12/2018		Recurso financeiro no importe de R\$ 232,424,65 (duzentos e trinta e dois mil quatrocentos e vinte e quatro reais e sessenta e cinco centavos) referente a primeira parte da segunda parcela, disponibilizado na conta da SMDH

2.1 ARTICULAÇÃO DE REDE DE PROTEÇÃO

DATA	OBJETIVO
28/05/2018	Reunião com parceiros da Igreja Católica, com a finalidade de firmar acordos e parcerias para acolhimento provisório.
05/07/2018	Visita de articulação para mapeamento de recursos comunitários em outro Estado da federação.
08 a 10/08/2018	Reunião com representantes da sociedade civil organizada e gestores de políticas públicas municipais, na cidade de Juazeiro – BA para articulação de rede de acolhimento e serviços.
12/09/2018	Reunião Equipe do PROVITA BA com Equipe do CREAS da cidade de Porto Seguro BA
20/09/2018	Reunião Equipe do PROVITA BA com Equipe do CREAS da cidade de Aracaju - SE
05/10/2018	Reunião Equipe do PROVITA BA com Equipe do CREAS da cidade de Feira de Santana BA

3- EXECUÇÃO DAS METAS

As duas metas estabelecidas no Projeto e no Plano de Trabalho:

- a) Viabilizar a colaboração em inquérito ou processo criminal;
- b) Aprimoramento do Programa de Proteção.

3.1 DETALHAMENTO DA EXECUÇÃO DAS METAS.

Meta 01:

META	ESPECIFICAÇÃO		Ind. Físico		Duração		
			Unidade	Qtd	Exec . maio/a gosto	Exec . setem/ dezem	Total
1. Viabilizar a colaboração em inquérito ou processo criminal	1.1. Atendimento a interessados em ingressar no Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas ameaçadas.	1.1.a- Pré-Triagem das vítimas e testemunhas ameaçadas e seus familiares;	Relatório de Pré-triagem/Termo de Declaração	35	14	04	18
		1.1.b- Triagem das vítimas e testemunhas ameaçadas e seus familiares;	Relatório de Triagem com Parecer do núcleo de inteligência/segurança (se houver)	18	03	03	06
		1.1.c- Apresentação do caso ao Conselho Deliberativo	Decisão do Conselho Deliberativo sobre caso	18	08	04	12
	1.2. Atendimento aos usuários	1.2.a - Acolhimento dos usuários	Relatório de Atendimento Consolidado Trimestral Plano de Atendimento	06	01	02	03
		1.2.b- Acompanhamento aos usuários	Relatório de Acompanhamento trimestral.	06	01	02	03

META	ESPECIFICAÇÃO		Ind. Físico		Duração		
			Unidade	Qtd	Exec . maio/a gosto	Exec . setem/ dezem	Total
		1.2.c- Encontro familiar.	Relatório do Encontro Familiar	10	00	01	01
		1.2.d- Participação das vítimas e testemunhas em procedimento inquisitorial ou em juízo.	Relatório de Audiências. Relatório sobre o inquérito ou processo judicial	15	02	01	03
2. Aprimoramento do Programa de Proteção	2.1 Capacitação de integrantes da equipe técnica do Programa de Proteção, bem como integrantes do Conselho Deliberativo e outros atores e agentes públicos envolvidos com o Programa de Proteção;	2.1.a –Realização de: - Estudos de casos - Seminário	Relatórios Listas de presenças Fotografias	04	00	01	01

META	ESPECIFICAÇÃO		Ind. Físico		Duração		
			Unidade	Qtd	Exec . maio/a gosto	Exec . setem/ dezem	Total
	2.2. Realização das reuniões do conselho deliberativo estadual;	2.2.a- Deliberações sobre casos;	Ata das reuniões ¹ (extrato);	18	04	04	08
		2.2.b- Definições sobre aprimoramento do programa.	Lista de presença.	18	04	04	08
	2.3. Constituição e formalização de parcerias institucionais para garantia de acesso a políticas públicas sociais pelos usuários de forma segura;	2.3.1. Articulação da rede parceira (pública e privada)	Termos de parceria/acordos de cooperação.	02	00	00	00
	2.4. Realização de planejamento, avaliação das ações e atividades do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas;	2.6.a- Elaboração do relatório anual de avaliação.	Relatório anual de avaliação.	02	00	01	01

3.2 DETALHAMENTO DO ATENDIMENTO

3.2.1 CASOS ENCAMINHADOS AO PROVITA BAHIA (maio a dezembro de 2018)

Nº	NOME	DATA	ORGÃO DEMANDANTE	TIPO DE CRIME	CONDIÇÃO T. V. F	DENUNCIADOS	ATENDIMENTO	CONCLUSÃO
01	M. I. dos S. W. de A. O. D. S. C. E. V. da C S. C. M.	14/03/2018	Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa – DHPP Salvador BA. Delegado Jamal Amad	Homicídio de Tiago Henrique dos Santos IP nº 053/2018	Testemunhas e familiares da vítima.	Cidadão comum Fação Katiara	Caso repassado a SMDH pela IBCM com atendimento iniciado.	Autoridades não conseguiram contato com interessados. CONDEL delib. arquivamento em 27/07/2018
02	J. dos S. S. N. O. dos. S	16/03/2018	Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa – DHPP. Salvador BA Delegado Jamal Amad	Homicídio de Celso dos Prazeres Pereira. IP nº 690/2017	Testemunha e companheira	Cidadão comum Fação Katiara.	Caso repassado a SMDH pela IBCM com atendimento iniciado. Ouvidos em termo de declaração. Relatório de triagem	Deliberado ingresso pelo CONDEL em 27/07/2018. SUJEITOS EM PROTEÇÃO
03	A. M. N. L. da S.	12/04/2018	Ministério Público Federal Procuradora - Ana Paula carneiro da Silva. Delegada da Polícia Federal – Vanessa Rocha Pereira.	Desvio de recurso público e outras irregularidades na prefeitura de Camaçari – SUS. Proc. Adm. nº 1.14 000.000383/2018 -11	Testemunha e vítima de ameaça.	Cidadãos comuns funcionário público.	Caso repassado pela IBCM para a SMDH. Realizada entrevista de pré-triagem dia 12 de junho. Ouvido em Termo de Declaração Oficiado autoridade policial e MPF solicitando documentos. Não	CONDEL por ausência de requisitos legais. Deliberou pelo arquivamento

							respondido. Relatório para o CONDEL	
04	C. S. R.	30/04/2018	Coordenação Geral de Proteção a Testemunhas –CGPT Brasília - DF Coordenador Wellington Pantaleão	Ameaças e Corrupção	Vítima/testemunha	Policiais Rodoviários Federais	Lida a documentação de 144 páginas e apresentado relatório ao CONDEL	CONDEL deliberou NÃO INGRESSO em 27/07/2018
05	E. de O. S. A. J. de O. S..	25/05/2018	Ministério Público – Comarca de Amélia Rodrigues. Ba Promotor Marcel Bittencourt Silva	Tentativa de homicídio e homicídio de Mario Jorge Morais Santos Proc. nº 0300.225-81. 2018.08.05.0007	Vítima sobrevivente da Tentativa e Testemunha do homicídio. Familiar- Mãe	Cidadão Comum Facção Bonde do Maluco – BDN	Enviado ofício ao promotor solicitando documentos. Agendado o atendimento de pré-triagem. Não prosperou o atendimento.	Promotor comunicou por e-mail em 13/06 que família fugiu de Amélia Rodrigues sem deixar endereço. Expediente encerrado por desinteresse.
06	A. L. S. C. O. J. V. da S. S.	28/05/2018	Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa – DHPP Salvador BA. Delegada Clelba Regina Teles de Barros.	Homicídios. IP Nº 249/2016	Testemunha e vítima de ameaça. Familiar - Companheira	Cidadão comum e ex-policia militar.	Realizadas três entrevistas no MP dias 12, 15 e 25/06 e reduzidas a 03 (três) Termos de Declaração. Companheira não anuiu em ingressar. Relatório para o CONDEL	Testemunha decidiu pelo não ingresso. Formalizado em Termo. Expediente encerrado por desinteresse
07	M.de J. S. W. C. F. J.de J. B. dos S. V. de J. S. M. B S. C. L. da S.	21/06/2018	Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa – DHPP Salvador BA. Delegada Marta Karine Menezes de Aguiar	Homicídio de Adriele Santos Santana e ameaça. IP nº 66/2018	Testemunha e vítima de ameaça. Companheira e familiares	Cidadão comum e policial	Realizadas 03(três) entrevistas com testemunha e familiares no Ministério Público dia 26/06, 03 e 31/07. Tomado termos de	Inclusão provisória <i>ad referendum</i> pelo presidente do CONDEL dia 06 /08/2018.

							declarações. Relatório para o CONDEL.	Proteção Provisória testemunha e companheira
08	G. de S. M. C. E. M. D. M.	09/07/2018	Ministério Público da Comarca de Mairi.- BA Promotora Cintia Campos da Silva	Homicídio de Adriano Souza Moreira. Proc. Nº 0000280-74.2017.805.0158	Testemunha do homicídio do irmão. Familiares-filhos.	Cidadão comum	Realizada entrevista com a testemunha dia 17/07 na sede do MP de Feira de Santana. Ouvida em Termo de Declarações Agendada mais duas entrevistas de triagem dias 08 e 22/08 a testemunha não compareceu. Relatório para o CONDEL	Testemunha não compareceu para entrevista de triagem. CONDEL deliberou pelo arquivamento. Expediente encerrado por desinteresse
09	V. C.S. R. de S. S.	12/07/2018	Ministério Público da Comarca de Catú - BA Promotora Anna Karina O. V. Senna.	Tráfico de drogas. Proc. nº 0500376-19.2018.8.05.0054	Testemunha Familiar - esposa.	Cidadão comum	Atendido no Fórum de Catu – sala do MP nos dias 20 e 25 de julho. Ouvido em Termos de Declaração. Não compareceu com a esposa para triagem agendada para o dia 14 de agosto. Relatório para o CONDEL	Testemunha e esposa não compareceram para entrevista de triagem. CONDEL deliberou pelo arquivamento. Expediente encerrado por desinteresse
10	A. S. C.	12/07/2018	Ministério Público da Comarca de Pojuca- BA Promotora – Mariana Meira Porto de Castro.	Ameaça	Adolescente de 14 anos ameaçada	Cidadão comum	Enviado comunicado ao Ministério Público informando para direcionar a demanda para o PPCAAM.	Orientada a encaminhar o caso para o PPCAAM

11	I. B. S.	17/08/2018	Ministério Público da Comarca de Valença- BA Promotora – Fernanda Carolina Gomes Pataro de Queiroz Cunha.	Ameaça	Jovem em cumprimento de medida socioeducativa ameaçado por policiais militares	Policiais militares	Enviado comunicado ao MP esclarecendo sobre os documentos e os requisitos para ingresso no PROVITA.	Não prosseguimento da triagem por falta de informação do órgão demandante sobre a presença dos requisitos legais para admissão na proteção
12	I. P. dos S. R. de C. S. G.	09/08/2018	Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa – DHPP Salvador BA. Delegada Clelba Regina Teles de Barros Ministério Público Vara do Júri Promotora Ana Rita Cerqueira Nascimento.	Sequestro IP Nº 392/2014 Vítima – Davi Fiuza	Testemunha Familiar-companheira	Policiais militares	Realizada entrevistas dia 10 e 15 de agosto na sede do MP. Ouvida em Termos de Declaração Caso triado. Relatório de triagem apresentado ao CONDEL com indicação de ingresso.	Apresentado Relatório na reunião do CONDEL de 30/08. Deliberado ad referendum pelo presidente em 04/09. Caso na PROTEÇÃO
13	H. L. dos S.	29/08/2018	Ministério Público da Comarca de Ubaitaba - BA Promotora – Thaianna Rusciolelli Souza.	Ameaças Procedimento extrajudicial no MP Nº IDEA 718.9.124863/2018	Vítima de ameaças atribuída a delegado da polícia civil.	Policial civil	Realizada entrevista no Fórum de Ubaitaba – sala do MPE dia 05/09. Ouvido em Termo de Declaração.	Não existe informação sobre investigação instaurada para apurara as denúncias da vítima.

14	A. da C. S.,	27/09/2018	Delegacia de Homicídio e Proteção à Pessoa - 3ª DH	Inquérito policial 070/2018		Organização criminosa Milícia.	Ouvidos no MP dias	Declararam interesse de ingresso Adilson,
----	--------------	------------	--	-----------------------------	--	--------------------------------	--------------------	---

set	A. da C. S., A da C. S., M. S., T. M. S. S., T. dos S. S., E. dos S. S.		Delegado - Jamal Amad	3ª DH/DHPP Homicídio.de Alisson da Cruz Silva	Testemunhas /familiares da vítima	“Liga da justiça” Reconhecidos: : Robinho, Rosalino (ex- PM), Marcelo e Gegeu.	10 de outubro (Adilson, Tania, Tais e Adla). Dia 26 de outubro – Agnaldo. Dia 09 de novembro ouvidos no MP para conclusão da triagem.	Adla e Agnaldo. Tania e Tais manifestaram desinteresse. Relatório de Triagem de apresentado na sessão de 29 de novembro do CONDEL BA. .
15	G. de J. S.	28/09/2018	Ministério Público - Grupo de Atuação Especial de Combate as Organizações Criminosas – GAECO. Promotores Lolita Barbosa e Adalto Araújo Silva Junior	Ouvido em Termo de Declarações no GAECO e o Promotor expediu uma guia para exames de Lesão corporal no IML. Não informado o procedimento investigatório. Crimes de ameaça e tortura.	Vítima de tortura e de ameaça	Crimes de Tráfico de drogas e tortura praticados por Jonas, Conguinho, Doca e Wagner(dois últimos falecidos)	Ouvido pela equipe do PROVITA BA em Termos de Declaração no dia 04 de outubro. Declarou interesse em ingressar.	Enviado ofício de nº 034/2018 ao GAECO solicitando documentos e informações adicionais. Reiterado em 26 de outubro. No aguardo das informações.
16 out	E. X. R.	03/10/2018	Ministério Público da Comarca de Itaparica Ba- Dr. Ivan Ito Messias de Oliveira Junior.	Tentativa de homicídio contra Geovane dos Santos Ribeiro Ação penal nº 0000922- 18.2018.805.0124	Genitor da Vítima e testemunha	Acusados: integrantes de uma facção criminosa BDN que pratica tráfico de drogas.	Ouvido em Termos de Declaração pela equipe do Provita BA em 09 de outubro. Declara como algozes João Felipe, Max Soares, Anderson Barbosa e outros. Tem interesse em ingressar.	Solicitado documentos e informações ao Promotor. Pedido reiterado em 26 de outubro. No aguardo das informações e documentos.

17	A. da S. C.	08/10/2018	Ministério Público da Comarca de Terra nova BA. Promotora Dra. Renata Soares Talarico.	Crime de homicídio. Vítima Lourival Custódio da Cruz. Ação nº 0000155-31.2016.805.0259 .	Testemunha do Homicídio e vítima de ameaça	Acusados: integrantes do grupo "Gang do Cangaço": Tadeu, Ronivon, Dominguinhos , Joãozinho e outros.	Ofício nº 128/2018 enviado pela promotora fazendo menção a um encaminhamento de 2016 ao PROVITA BA. Por telefone informou que após o Tribunal do Júri, designada para 10 de outubro/2018, voltaria o contato.	Enviado ofício 043/2018, em 29/10 do PROVITA BA solicitando definição do encaminhamento. MP reiterou o encaminhamento. Agendada entrevista para o dia 22 de janeiro de 2019 na Comarca de Terra Nova.
18	M.da S. B.	09/10/2018	Ministério Público – Centro de Apoio Operacional Criminal – CAOCRIM. Dr. Marcos Pontes de Souza.	Crime de Homicídio de "Genilson" não informado procedimento investigatório em curso	Testemunha	Acusados: Traficantes Nildo e Rogerio de Crimes de Homicídio e Ameaça	Enviado pelo MP ao Provita BA um Extrato de atendimento da testemunha no CAOCRIM.	Enviado ofício de nº 39/2018 em 15/10, ao CAOCRIM solicitando informações e documentos para agendar oitiva da testemunha. No aguardo das informações
19	N.K.M. M.	25/10/2018 Recebido em 06/12/2018	Ministério Público da Comarca de Macaúbas - Ba Promotor Dr. Adriano Nunes de Souza.	Crime de Tráfico de drogas nas comarcas de Macaúbas e Paramirim. Foram cumpridos	Testemunha de Tráfico de Drogas	Investigados presos: José de Almeida Lima, Marcel Lopes, Rosa Maria	Documentos enviados a SJDHDS e repassado a Coordenação do PROVITA BA em 06/12/2018. Ofício de	Enviado o ofício 062/2018 ao Promotor, em 11/12/2018, solicitando complementação

				mandados de busca e apreensão que culminou nas prisões dos investigados. Não informado o número e a delegacia do procedimento investigatório em curso.		Silva, Edson Oliveira e João Batista Morais, em dezembro de 2016	nº 298/2018 Ref. REP NF IDEA 003.9.20073/2017. E requerimento ao presidente do CONDEL BA e documentos pessoais da testemunha.	o de informações para início de procedimento de triagem.
20 dez	N. A. F., M.R.A. F., C.L.A.F., A.A. F..	09/12/2018	Ministério Público da Comarca de Brumado Promotor Marcos Davi Gaspar Bezerra.	Crime de corrupção, desvio de recurso público atribuído aos vereadores do município de Ibicoara BA. Informado a instauração dos PICs nº 003.9.36293/2018 e 020.9.178305/2018.	Testemunha de crime de corrupção atribuído ao prefeito e a vereadores de Ibicoara BA	Prefeito e Vereadores de Ibicoara. Não há informação dos nomes	Documentos recebidos: o ofício de nº 377/2018/MP BA datado de 09 de dezembro de 2018, acompanhado de um Termo de Declarações, 05 (cinco) Registros de Ocorrências junto a Delegacia de Polícia de Ibicoara, 03 (três) requerimentos para a Delegacia de Polícia de Ibicoara solicitando abertura de sindicância policial, abertura de inquérito policial e medidas de prisão preventiva, além de 04 (quatro) copias de RG e CPF, 04 (quatro) certidões de	Enviado ofício de nº 062/2018, solicitando informações e documentos complementares.

							antecedentes criminais e uma Certidão do Ministério Público da Comarca de Barra do Estiva	
--	--	--	--	--	--	--	---	--

3.2.2 - ACOLHIMENTO DOS SUJEITOS EM PROTEÇÃO

No período de 08 (oito) meses, maio a dezembro, acolhemos 03 casos novos e acompanhamos 07 casos já em proteção, totalizando 10 casos com 40 pessoas.

3.2.3 –ACOMPANHAMENTO AOS SUJEITOS EM PROTEÇÃO

No período em referência, foram acompanhadas pelo PROVITA/BA 40 (quarenta) pessoas, conforme discriminado no Quadro II, abaixo.

QUADRO I – Dados da Proteção no Período do Convênio

Situação do Período	Total de Casos	Total de Núcleos	Total de Colaboradoras/es da Justiça (Testemunha, Vítima e/ou Réu Colaborador)	Total de Familiares acompanhantes	Total
Casos deste Programa Estadual Protegidos na própria Rede Local	09	09	11	27	38
Casos Estaduais Protegidos fora da Rede Local (Permutas Enviadas)	01	01	01	01	02

TOTAL NO PERÍODO DO CONVÊNIO (maio a dezembro de 2018)	10	10	12	28	40
Casos de outros Programas Estaduais Protegidos nesta Rede Local (Permutas Estaduais Recebidas)	02	03	02	11	13
Casos Federais Protegidos nesta Rede Local (Permutas Federais Recebidas)	01	01	01	03	04
TOTAL ANUAL DE PERMUTAS RECEBIDAS	03	04	03	14	17

QUADRO 2 -Detalhamento dos casos sob proteção CASOS EM PROTEÇÃO

CASOS EM PROTEÇÃO	NUMERO DE PESSOAS PROTEGIDAS	VALOR DA PLANILHA. ALUGUEL + MANUTENÇÃO	CONDIÇÃO DOS CASOS (resumo).
BA 78	09 (nove) Pessoas. Testemunha: M. J. S. (mãe, filhos e netos.)	Aluguel: R\$ 600,00 Manutenção: R\$ 1.660,00 Total: R\$ 2.260,00	Aumento do núcleo familiar para 09 PESSOAS . Nasceram dois netos da testemunha no mês de junho de 2018. Realizada audiência para ouvir a testemunha dia 09 de julho as 08.hs30. Vara do Júri Capital. Providenciada a mudança do núcleo familiar para um imóvel com menor custo de aluguel. O anterior custava R\$ 1.060,00. O atual custa R\$ 600,00. Desligamento agendado par o dia 15 de janeiro de 2019.
BA 82	04 (quatro) Pessoas. Testemunha D. S. S. (casal e dois filhos)	Aluguel: R\$ 550,00 Manutenção: R\$ 1.410,00	Família mudou de casa na mesma cidade a partir de 01 de julho. Estimulados a buscar trabalho e menor dependência econômica do Programa. Realizado contato telefônico dos protegidos com

		Total: R\$ 1.960,00	familiares na visita do dia 22/08/2018. Posto que os protegidos comunicaram a equipe que estavam há quase dois anos sem contato com familiares. Testemunha desenvolvendo atividade informal como ajudante de pedreiro. Audiência realizada no dia 24/10/2018 na Vara do Júri da Comarca de Jequié.
BA 83	04 (quatro) Pessoas: Testemunha J. da C.L. (pais e irmão)	CONDEL deliberou o DESLIGAMENTO do caso e o pagamento de três planilhas nos meses de março, abril e maio de 2018. A IBCM pagou março e abril.	Agendado encontro com a família no Ministério Público Estadual e lá foi repassado e assinado o recibo da última planilha no valor de R\$ 1.900,00. CASO DESLIGADO
BA 84	01 (uma) Pessoa Testemunha J. A. A. S.	Aluguel: R\$ 800,00 Manutenção: R\$ 301,00 Total; R\$ 1.101,00	Concluiu o curso de nível superior (tecnólogo em gestão de Recursos Humanos) em janeiro de 2018. Inserido no mercado formal de trabalho (comércio). Aluguel do imóvel reajustado com a renovação do contrato de locação. Protegido trabalhado formalmente no comércio.
BA 87	04 (quatro) Pessoas. Testemunha L. G. S. (companheira e dois filhos.	Aluguel: R\$ 600,00 Manutenção: R\$ 1.430,00 Total: R\$ 2.030,00	Esposa solicitou o retorno para o programa. Deu à luz ao segundo filho do casal. Companheira e filhos da testemunha retornaram ao Programa, conforme requerido pelo Ministério Público e deliberado pelo CONDEL. Permaneceram em local de pouso por um longo período, aguardando a compra de mobiliário para instalação definitiva. Instalados em local de proteção dia 28 de novembro de 2018
BA 88	02 (duas) Pessoas. Testemunha A.F. G. (filho e mãe)	Aluguel: R\$ 900,00 Manutenção: R\$ 775,00 Total. R\$ 1.675,00	Caso permutado sendo acompanhado por outro Programa Estadual. Equipe PROVITA BA promoveu diligências, dia 27 de novembro junto a Delegacia de Polícia da cidade de Juazeiro BA. Na oportunidade o delegado prestou informações acerca do inquérito que apura a morte do pai da testemunha.
BA 89	09 (nove) pessoas; (testemunha C. R .de O. M.. (Casal, filhos, nora e neta)	Aluguel: R\$ 1.650,00 Manutenção: R\$2.000,00	Família com questões extremamente complexas de ordem jurídicas e psicossociais. Equipe montando um plano de atendimento para tentar entender a dinâmica familiar. Caso está protegido há um ano em razão do

		Total: R\$ 3.650,00	registro de uma ocorrência policial. Realizado visita a Delegacia de Abrantes e enviado ofício a delegada titular, em 23/07/2018 para informar os procedimentos em que a testemunha colabora. Da mesma forma solicitado ao Promotor de Camaçari. Até o momento sem resposta de ambos. Decidido na última reunião do CONDEL o envio de ofícios as autoridades demandantes, solicitando informações, estabelecendo prazo para resposta.
BA 90	05 (cinco) pessoas. Testemunha E. S. da S. (mãe e quatro filhos).	Aluguel: R\$ 1.200,00 Manutenção: R\$ 1.430,00 Total: R\$ 2.630,00	Família visitada pela Equipe. Estão morando fora do Estado da Bahia. Equipe mantém contato regular por telefone. Até o momento sem maiores intercorrências. Mudado para uma residência mais adequada no mesmo bairro. Foram trazidos para o estado da Bahia dia 06 de dezembro para a testemunha submeter-se a exame de DNA, junto a Defensoria Pública, com vistas a determinar a paternidade de suposto neto. Nesta oportunidade a testemunha também encontrou a Mãe e a irmã.
BA 91	02 (duas) pessoas. Testemunha J dos S. S. e a esposa.	Aluguel; R\$ 1.000,00 Manutenção: R\$ 1.155,00 Total: R\$ 2.155,00	Casal permaneceu por três meses em local de pouso. Instalados em local de proteção dia 03 de setembro de 2018. Nas visitas a Equipe está construído com o casal o Planejamento da Atendimento Protetivo – PAP.
BA 92	02 Pessoas: Testemunha I. P. dos S. e R.C. S. G. (Companheira)	Aluguel R\$ 800,00 Manutenção R\$ 1.155,00 Total, R\$ 1.955,00	Casal instalado em local de proteção definitivo. A protegida portadora de diabetes tem realizado acompanhamento regular, com a intermediação da equipe, no posto de saúde onde já estava matriculada. Realizado, ainda, tratamento dentário e consultas oftalmológicas. Iniciado a construção do Plano de Atendimento Protetivo PAP com o casal. Neste sentido o Programa efetuou o conserto na Máquina de Costura da testemunha, para oportunizar a iniciação de atividade laborativa.

QUADRO 3 - Casos acolhidos com deliberação de ingresso provisório “*ad referendum*” do presidente.

CASO	CONDIÇÃO	PROVIDENCIA
M. de J. S. e companheira. Total 02 pessoas	Testemunha Encaminhada pela DHPP. Ofício enviado em 23 de julho. Testemunha e familiares entrevistados pela Equipe em quatro oportunidades, no MP. Enviado relatório da Equipe ao Presidente do CONDEL em 03 de agosto. Deliberado “Ad referendum” pelo presidente do CONDEL a proteção provisória em 06/08/2018. Foi deliberado o ingresso de 08 pessoas. Contudo na hora do acolhimento os familiares desistiram. Ingressaram apenas a testemunha e a nova companheira.	Equipe reiterou solicitação a DHPP, através o ofício de nº 17/2018, datado de 16 de agosto de 2018, das informações necessárias para confecção de parecer definitivo sobre o caso. Até o momento sem êxito. No dia 27 de agosto a testemunha foi apresentada escoltada pela DHPP em audiência na 1ª Vara de tóxico, onde responde como acusado.

QUADRO 4- Casos permutas e casos do programa federal acolhidos na rede do PROVITA BA

CASO EM PROTEÇÃO	Nº DE PESSOAS ACOLHIDAS	CONDIÇÃO	ENCAMINHAMENTO
PERMUTA AA	09 Pessoas. Testemunha e familiares. Divididos em 02 núcleos.	Acolhidos na rede do PROVITA BA no dia 22 de outubro de 2018.	Em razão da existência de dois núcleos familiares (testemunha, mulher e filho) e (mãe e irmãos da testemunha). Foram alugados e equipados dois locais de proteção.
PERMUTA BB	04 Pessoas: Testemunha/familiar da vítima companheiro e dois filhos	Acolhidos na rede do PROVITA BA dia 26 de novembro de 2018.	Família abrigada em casa porque tem um cachorro da raça pastor alemão de grande porte.
CASO DO PROGRAMA FEDERAL - 01	04 Pessoas: Réu Colaborador, companheira e dois filhos.	Por força de convenio firmado como Governo Federal 11% da meta de atendimento conveniada destina-se a casos do Programa Federal. Assim no dia 22 de novembro de 2018	Família abrigada em local de proteção. Trata-se de réu colaborador. Caso requer grau de segurança máxima, em razão do potencial ofensivo dos denunciados.

		foi acolhido na rede do PROVITA BA, caso federal, oriundo de estado que não dispõe de programa estadual de proteção.	
--	--	--	--

QUADRO 5 - Resumo dos casos atendidos:

CONDIÇÃO DOS CASOS	NUMERO DE CASOS	NUMERO DE PESSOAS
ENCAMINHADOS	20	45
PROTEÇÃO	09	38
PROTEÇÃO PROVISORIA (*)	01	02
PERMUTAS	02	13
PROGRAMA FEDERAL	01	04
Total de atendidos no período	33 casos	102 pessoas

(*) sob a responsabilidade do Programa com deliberação do CONDEL

QUADRO 6. Meta de atendimento mensal e anual

Segue abaixo quadro constante no projeto e no plano de trabalho em relação as metas de atendimento do Termo de Colaboração 002/2018.

PRODUTO FINAL ESPERADO	
MENSAL	ANUAL
Atendimento: 02 casos em triagem Incluídos 08 casos	Atendimento: 35 Inclusão: 08 a 10 casos

Estabelecendo um comparativo do quadro resumo dos casos atendidos no período – maio a dezembro de 2018, com o quadro do produto final esperado, conclui-se que a meta de atendimento foi superada. Portanto, cumpre registrar que o PROVITA BA hoje, atende 10 (dez) casos estaduais em Proteção com um total de 40 (quarenta) pessoas, bem como um total de 20 (vinte) casos encaminhados em (08) oito meses. Isto se traduz em uma média de 04(quatro) casos por mês em pré-triagem ou triagem. Ademais na rede do PROVITA BA estão acolhidos 02(dois) casos permutas com 13 (treze) pessoas e 01(um) caso do Programa Federal com 04 (quatro) pessoas. Sendo assim o Programa extrapolou a sua capacidade de atendimento conveniada.

QUADRO 7 – Ações de Acompanhamento de pessoas em proteção

Visitas	Contatos telefônicos (*)	Usuários em Acompanhamento Psicoterapêutico
59	232	0

(*) inclui contatos equipe com protegidos e familiares fora da proteção e contatos dos protegidos com familiares

QUADRO 8- Reuniões da equipe para discussão, planejamento, acompanhamento e avaliação dos casos.

MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
28/05/2018	11/06/2018	09/07/2018	06/08/2018	03/09/2018	01/10/2018	01/11/2018	10/12/2018
	18/05/2018	16/07/2018	10/08/2018	10/09/2018	08/10/2018	12/11/2018	17/12/2018
	25/06/2018	23/07/2018	20/08/2018	17/09/2018	15/10/2018	19/11/2018	
		30/07/2018	27/08/2018	24/09/2018	29/10/2018	22/11/2018	

3. 2. 4 Encontro familiar

Planejados 03 encontros para o período. Realizado 01 (um) porque os familiares fora da proteção declararam indisponibilidade Nas datas propostas pelo Programa. Replanejados para janeiro de 2019

QUADRO 9 – Traslados realizados

Atividade de traslado	Nº de pessoas em proteção	Técnicos/as	Totais
Audiência	04	08	12
Instalação na Rede Nacional Acolhedora	02	03	05
Instalação na Rede Estadual	23	12	35
Mudança de Rede	04	02	06
Totais	33	25	58

3.2.5 - Participação das vítimas e testemunhas em procedimento inquisitorial ou em juízo.

Apesar da previsão legal, estabelecido no Art. 19-A, da Lei 9.807/99, ao determinar que terão prioridade na tramitação o inquérito e o processo

criminal em que figure indiciado, acusado, vítima ou réu colaboradores, vítima ou testemunha protegidas pelos programas de que trata esta Lei, os processos judiciais em que figuram protegidos por este programa tramitam vagarosamente junto ao Poder Judiciário Baiano, seja pelo diminuto número de juizes no Estado, igualmente Promotores de Justiça e Defensores Públicos, seja pelo elevado número de processos que tramitam nas comarcas. Neste período do convênio, apenas 03 casos foram chamados para procedimento em juízo. Na oportunidade, a equipe providenciou escolta policial, diligenciou com a secretaria da vara para organizar estratégias de oitiva segura da testemunha, além de prestar suporte jurídico aos protegidos (dentro dos limites legais permitidos ao PROVITA).

4 - Meta 2 – Aprimoramento do Programa de Proteção

4.1- Fortalecimento do papel dos atores do Programa- Participação em encontros e seminários (integrantes da equipe técnica, agentes públicos e demais atores que se relacionem com o Programa de Proteção)

23 a 25/05/2018	Seleção e capacitação da Equipe Técnica do PROVITA BA. Realizada pela Equipe do Monitoramento Nacional.
05 a 08/06/2018	Participação de toda a Equipe do PROVITA BA no Encontro Nacional dos Programas de Proteção a Vítimas e Testemunha Ameaçadas em Brasília - DF
11,12 e 13/07/2018	Participação da Coordenação da Equipe do PROVITA BA na reunião das Coordenações da SMDH, em São Luís para Avaliação Semestral.
16 a 17/10/2018	Participação da Coordenação e da Psicóloga da Equipe do PROVITA BA no curso de formação em Direitos Humanos, em Brasília - DF
04 a 06/12/2018	Visita da Equipe de Monitoramento Nacional para Monitorar a Execução do PROVITA BA

4.2. Realização das reuniões do conselho deliberativo estadual - CONDEL – Conselho Deliberativo do PROVITA/BA

O CONDEL como órgão deliberativo do PROVITA/BA, é presidido pela Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social - SJDHDS, sendo constituído por 1 (um) representante da Secretaria da Justiça e Direitos Humanos; 1 (um) representante da Secretaria da Segurança Pública; 1 (um) representante da Secretaria da Saúde; 1 (um) representante do Tribunal de Justiça da Bahia; 1 (um) representante do Ministério Público Estadual; 2 (dois) representantes de entidades não-governamentais; 1 (um) representante da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado.

Atualmente, não há representante designado pelo Ministério Público Estadual, ausente a designação de um representante da sociedade civil e o representante da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado não frequenta as reuniões.

Entretanto, após a reunião mantida com a Procuradora Geral de Justiça, no dia 06 de dezembro foi designada a Promotora Dra. Marcia Teixeira para a representação do órgão ministerial junto ao CONDEL BA

No período foram realizadas 07 (sete) reuniões, conforme calendário abaixo:

QUADRO 10 – Reuniões Ordinárias do CONDEL/BA

Nº	Mês de Referência	Data Realizada
01	Maio/2018	24/05/2018
02	Junho /2018	28/06/2018
03	Julho/2018	27/07/2018
04	Agosto/2018	30/08/2018

05	Setembro /2018	28/09/2018
06	Outubro /2018	26/10/2018(cancelada)
07	Novembro/2018	29/11/2018
08	Dezembro /2018	06/12/2018

4.3 Constituição e formalização de parcerias institucionais para garantia de acesso a políticas públicas sociais pelos Sujeitos em Proteção de forma segura

No período da vigência do Termo de Colaboração, houve importantes articulações que visaram assegurar de modo seguro

o acesso às políticas públicas pelos usuários do Programa, quais sejam:

Reunião com parceiros da Igreja Católica, com finalidade de firmar acordos e parcerias para acolhimento provisório em 28/05/2018;

Visita para articulação e mapeamento de recursos comunitários no estado de Sergipe em 05/07/2018;

Reuniões com representantes da sociedade civil organizada e gestores de políticas públicas municipais na cidade de Juazeiro-BA, para articulação de redes de acolhimento e serviços em 08 a 10/08/2018.

Além de reuniões com os CRES das cidades de Porto Seguro (12/09/2018), Aracaju (20/09/2018) e Feira de Santana (05/10/2018)

4.4. Realização de avaliação das ações e atividades do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas

Neste período ocorreu o monitoramento do PROVITA BA, no período de 04 a 06 de dezembro de 2018, realizado pela Equipe de Monitoramento Nacional. Desta visita será emitido um relatório contendo análises, avaliações e recomendações para o PROVITA BA

➤ PEPDDH/MA

PROGRAMA DEFENSORES - PEPDDH
PERIODO JANEIRO A DEZEMBRO 2018

CLASSIFICACAO	DESCRICAO	VALORES
	SALDO ANTERIOR	421.530,72
1- - - -	CREDITOS ORCADOS	
1-0-00-00-00	CREDITO ORCAMENTARIO	660.000,00
1-1----	RECEITAS FINANCEIRAS	15.916,85
	TOTAL DOS RECURSOS	675.916,85
2- - - -	APLICACAO DOS RECURSOS	
2-0-01-00-	SALARIOS E ENCARGOS	443.159,29
2-0-02-01-	MATERIAL	4.903,67
2-0-02-02-	SERVIÇOS TERCEIROS-ADAPTACAO/ALUGUEL	4.097,61
2-0-02-04-	DESPESAS BASICA C/ DDH	132.362,82
2-0-02-05-	DESP C/ TRANSP P/ DDH EQUIPE TECNICA	61.264,55
2-0-02-06-	LOCACAO DE VEICULO P/ ATENDIMENTO	13.793,50
2-0-02-07-	DESPESAS COM EVENTO - PESSOA JURIDICA	34.472,94
2-0-02-09-	SERVIÇOS - ASSESSORIA CONTABIL	15.236,80
2-0-02-11-	SERV TERCEIROS PESSOA FISICA (DIARIAS)	77.950,00
	TOTAL APLICADO	787.241,18
	SALDO	310.206,39
	TOTAL DOS RECURSOS	675.916,85
	TOTAL APLICADO	787.241,18
	SALDO	310.206,39

O Programa Estadual de Proteção de Defensores de Direitos Humanos – PEPDDH/MA está com 02 (dois) anos e 2 meses em funcionamento, contando a partir da contratação da equipe técnica em outubro de 2016.

Em relação ao monitoramento das atividades, a SMDH enquanto entidade da sociedade civil corresponsável pela execução do PEPDDH/MA, já elaborou e apresentou 2 relatórios dos períodos, sendo um de outubro de 2016 a julho de 2017, entregue em monitoramento presencial realizado pela equipe do

Programa Federal de Proteção a Defensores de Direitos Humanos – PPDDH ligado ao Ministério dos Direitos Humanos – MDH e o outro de agosto a dezembro de 2017 entregue via SEDIHPOP no final do ano passado.

Nesse período de janeiro a dezembro de 2018, é possível afirmar uma maior proximidade e afinamento no tocante à coordenação do PEPDDH/MA entre o Governo do Estado, através da SEDIHPOP e a SMDH. Houve mais momentos de diálogos e compartilhamento de informações e decisões em conjunto e isso refletiu na melhoria e andamento dos casos incluídos na Proteção.

Outro aspecto relevante refere-se à rede de serviços. A SMDH, por meio da equipe técnica do Programa conseguiu mapear e estabelecer contatos com 5 Secretarias de Assistência Social dos seguintes municípios: Grajaú, Barra do Corda, Jenipapo dos Vieiras, Zé Doca e Belagua; com 3 Centros de Atendimento Psicossocial – CAPs das cidades de Grajaú, Barra do Corda e Zé Doca e ainda com Núcleos locais da Defensoria Pública de Zé Doca, Grajaú e Barra do Corda.

Já, a rede de parceiros da sociedade civil vem se ampliando nas microrregiões: de Alto Mearim e Grajaú, Alto e Baixo Turi, Pindaré, Gurupi, Baixo Munim e Baixo Itapecuru. Nessas microrregiões foram inseridos casos recentes e tem se realizado oficinas sobre a Pedagogia da Proteção. Além disso, nesse período o PEPDDH/MA consolida seu processo protetivo, e, neste sentido vem realizando oficinas de autoproteção com os 24 casos inclusos e que envolvem 59 pessoas. Dessa forma aconteceram 08 oficinas de autoproteção nas seguintes comunidades: Acampamento 16 de Abril em Newton Bello, Fazenda Sabiá em Caxias, Bem Feito em Formosa da Serra Negra, Ilha de Pindova em Santa Rita, Bom Jesus em Matinha, Território dos indígenas Gamella e Bairro Novo em Penalva.

No que diz respeito a articulação com Órgãos Públicos Estaduais e Federal, vale ressaltar que se conseguiu abrir diálogos com o INCRA, ITERMA, SSP. Contudo, ainda com as Promotorias de Justiça locais segue-se com dificuldades em ter conversas mais sistemáticas

Os casos de violações aos defensores/as de direitos humanos no Maranhão seguem ainda se originando do campo e envolvem questões agrárias e fundiárias, relacionadas aos sem terra, posseiros, indígenas, quilombolas e quebradeiras de coco. É fato também que as ameaças, os conflitos e a tensão no meio rural continua em alta e envolvem situações estruturais, logo com baixa condições de efetivar resoluções. Porém, as mortes relacionadas com ativismo em Direitos Humanos no Maranhão diminuíram sensivelmente.

Nesse processo o PEPPDH/MA cumpre sua tarefa: ser presença, junto a ativistas de Direitos Humanos e a comunidades em luta.

3. RESUMO DAS AÇÕES PROGRAMADAS

META	ETAPA	ESPECIFICAÇÃO	STATUS DA EXECUÇÃO			DESCRIÇÃO DA EXECUÇÃO Janeiro a junho de 2018
			R	NR	PR	
1. Atendimento ao Defensor	1.1 Atendimento Inicial para possível ingresso no PPDDH	1.1.1 Atendimento ao DDH para apresentação e coleta de elementos para análise da ameaça (constatação da atuação do DDH e situação de ameaça)	X			Meta: 40 atendimentos jan. a dez. de 2018 Atendimentos realizados: 26 casos atendidos (41 pessoas)
		1.1.2 Adoção de medidas protetivas de caráter emergencial enquanto o caso estiver em processo de análise (averiguada a necessidade, caso a caso) – Articulação com órgãos de segurança pública.	X			Meta: 10 relatórios De jan. a jun. de 2018 Demandado: 09 casos no período Caso 01 – Negra Velha – Luís Domingues

						<p>Caso 02 – Bem Feito – Formosa da Serra Negra</p> <p>Caso 03 – Mangueira – Chapadinha</p> <p>Caso 04 - Indígenas Krepym – Itaipava Grajaú</p> <p>Caso 05 – Estiva do Cangati – Belagua</p> <p>Caso 06 – Comunidade Engenho – São José de Ribamar</p> <p>Caso 07 – Ilha de Croa – Araisoses</p> <p>Caso 08 - Cajueiro - São Luís</p> <p>Caso 09 - Alto Alegre do Pindaré</p>
--	--	--	--	--	--	---

		<p>1.1.3. Acompanhamento do caso em análise, através de fontes documentais e visita <i>in loco</i>.</p>	X		<p>Meta: 20 relatórios</p> <p>jan. a dez. 2018</p> <p>Executado: 23 casos com relatórios, saber:</p> <p>31.2018 – comunidade Ciriaco – Cidelândia;</p> <p>32.2018 – comunidades Campo do Bandeira/Arame em Alto Alegre do Maranhão;</p> <p>33.2018 – comunidade Estiva do Cangati em Belagua</p> <p>34.2018 – comunidade Mangueira em Chapadinha</p> <p>35.2018 – comunidades Queimadas, Três Irmãos e Montabarro em Codó;</p> <p>36.2018 – comunidade Ilha de Pindova em Santa Rita</p> <p>37.2018 – comunidade Negra Velha em Luis Domingues;</p> <p>38.2018 – comunidade Bem Feito em Formosa da Serra Negra;</p>
--	--	---	---	--	---

1.2 Apresentação do caso na Coordenação Estadual.	1.2.1. Elaboração pela equipe técnica de estudo de caso e/ou relatório, ou parecer sobre o caso a ser deliberado pela Coordenação Estadual.	X			<p>Meta:5 relatórios</p> <p>Jan. a jun. 2018</p> <p>Executado: 20 casos com relatórios elaborados, dos quais 02 sem deliberação.</p> <p>Observações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a coordenação estadual é para nós o que chamamos de CONDEL/DEFENSORES - MA - Pode haver equívoco na meta anual aprovada no plano de
1.3. Acompanhamento do caso pela coordenação estadual	1.3.1. Elaboração pela equipe técnica de estudo de caso e/ou relatório ou parecer para acompanhamento e monitoramento pela coordenação estadual	X			<p>Meta: 25 relatórios e/ou atas de reunião</p> <p>Jan. a dez. 2018: 24 relatórios</p> <ul style="list-style-type: none"> - 02 casos (2 pessoas) não – inclusos. - 08 casos (14 pessoas) deliberados pelo CONDEL, sendo 01 pela manutenção, 07 inclusos novos. Desses 07 inclusos novos, 03 casos, o da comunidade Negra Velha em Luís Domingues, Bem Feito/Formosa da Serra Negra, Estiva do Cangati/Belagua houveram reuniões de monitoramento dos casos pelo CONDEL/DEFENSORES - MA.

					<p>Dos 10 relatórios enviados ao CONDEL/DEFENSORES: 02 aguardam deliberação, 01 foi aprovado a inclusão (49.2018 – Ilha de Croa – Araisos) e 07 foram aprovadas a não inclusão.</p> <p>- Dos casos já inclusos, 04 casos, o da comunidade Negra Velha em Luís Domingues, Bem Feito/Formosa da Serra Negra, Estiva do Cangati/Belagua, Arame/Campo do Bandeira houveram reuniões de monitoramento pelo CONDEL/DEFENSORES - MA.</p> <p>Observação: o que a ação e a atividade chama de coordenação estadual, nós consideramos e chamamos de CONDEL/DEFENSORES-MA.</p>
1.4. Atendimento ao DDH incluído no PPDDH/MA	1.4.1. Realização de ações de visibilidade da atuação do DDH incluído (averiguada possibilidade, caso a caso)			X	<p>Meta: 60 relatórios</p> <p>Realizado: 47 atividades</p> <p>Jan. a jun. 2018</p> <p>- 01 audiência na Justiça Federal sobre o caso dos indígenas Ka'apor na questão da saúde indígena em 13.03.18 08 pessoas;</p> <p>- 02 audiências e 01 visita a comunidade Aldeia Velha na questão possessória da terra em 26.02.18 – 10.04.18 – 25.05.18 com 25 pessoas cada;</p>

					<ul style="list-style-type: none">- 01 audiência caso Fazenda Sabiá em Caxias sobre andamento dos BOs em 21.02.218 com participação de 16 pessoas;- 01 audiência no INCRA em São Luís, caso Quilombo das Queimadas em 25.05.18 com 09 pessoas;- 02 audiências do caso Itinga do Maranhão, sendo uma no INCRA de Imperatriz e outra na comarca local, sendo uma em 08.03.18 e 18.05.18;- 01 audiência na comarca de Chapadinha sobre o caso comunidade da Mangueira em 15.03.18 com 05 pessoas;- 01 visita de monitoramento a comunidade Ilha de Camaputiuia em Cajari em 01.05.18 com participação de 40 pessoas;- 01 visita de monitoramento aos indígenas Ka'apor na aldeia Zé Gurupi em Araguanã e aldeia Ximborendá em Maranhãozinho em 22 e 23.05.18 com 25 pessoas;- 01 visita de monitoramento a comunidade Tiúba em Chapadinha em 16.03.18 com 2 pessoas;- 01 acompanhamento a SSP sobre investigações dos BOs e outras ameaças locais no caso de São Benedito dos Colocados de Codó em 06.03.18 com 4 pessoas;- 01 atividade de 13 a 16.03.18 no FSM em Salvador sobre Vidas Matáveis, vidas a Proteger;
--	--	--	--	--	---

					<ul style="list-style-type: none">- 01 acompanhamento ao ITERMA sobre a regularização fundiária em 05.03.18 com pessoas com 25 pessoas, 01 reunião na promotoria agrária em 11.04.18 e outra no CAOPDH em 12.04.18 sobre ameaças e questão e questão fundiária - no caso de Sesmaria do Jardim – Matinha;- 01 visita aos indígenas Gamella em Viana por ocasião de atividade em memória a 1 ano do ataque sofrido pela etnia indígena em 2017 em 30.04.18 e solicitação formal a SSP de medidas protetivas por ocasião de festa pública dos Gamella chamada de Biribeu em 20.04.18;- 01 atendimento presencial em SLZ por conta de relato e informações de novas ameaças no caso do indígena Silvio Guajajara em 16.05.18;- 01 visita de monitoramento no acampamento 16 de abril em Newton Belo 24 e 25.05.18;- 01 visita para realização de oficina de autoproteção no caso da comunidade Bem Feito em Formosa da Serra Negra em 15.06.18 com 43 pessoas;- 02 visitas de apoio e solidariedade devido a uma tentativa de homicídio ao defensor incluso no caso comunidade Estiva do Cangati. Além disso, por conta das investigações da tentativa de homicídio, houve 01 visita a promotoria local em Urbano Santos, 02 visitas a delegacia de Urbano Santos e uma 01 visita ao fórum de Urbano Santos em 22.03.18 e 04.04.18;
--	--	--	--	--	---

					<ul style="list-style-type: none">- Acompanhamento no hospital a vítima da tentativa de homicídio no caso de Estiva do Cangati em Belagua no período de março a maio de 2018;- Houve 01 acompanhamento a tomadas de depoimentos na delegacia de Grajaú no caso da comunidade Bem Feito de Formosa da Serra Negra em 14.06.18 com 12 pessoas;- 01 visita de construção do plano de ação protetiva da comunidade Ilha de Pindova em Santa Rita em 22.06.18 com 20 pessoas;- 02 audiência na Justiça Federal sobre o caso dos indígenas Ka'apor na questão da saúde indígena em 06.07.18 e 14.08.2018 e em cada uma o PEPDDH/MA possibilitou a vinda de 08 pessoas indígenas;- 01 reunião de organização e fortalecimento da comunidade quilombola Aldeia Velha em Pirapemas dia 28.07.2018 com 24 pessoas;- 01 oficina de autoproteção na comunidade Fazenda Sabiá em 19.07.2018 com 25 pessoas;- 01 oficina de autoproteção na comunidade Sesmaria do Jardim em Matinha dia 30.07.2018 com 19 pessoas;- 01 oficina de autoproteção com os indígenas Gamella em 31.07.2018 com 48 pessoas;- 01 oficina de autoproteção com a comunidade quilombola Bairro Novo em Penalva com 42 pessoas;
--	--	--	--	--	---

					<ul style="list-style-type: none">- 01 oficina de autoproteção com a comunidade quilombola de Queimadas em Codó dia 16.08.2018 com 29 pessoas;- 01 oficina de autoproteção com a comunidade São Benedito dos Colocados em Codó dia 17.08.2018 com 44 pessoas;- 01 oficina autoproteção na comunidade Depósito em Brejo dia 22.08.2018 com 20 pessoas;- 01 oficina de autoproteção com os indígenas Ka'apor em 14.09.2018 com 42 pessoas;- 01 reunião com a comunidade Fazenda Sabiá em Caxias em 20.11.218 com participação de 08 pessoas durante seminário de comunidades quilombolas;- 01 seminário das comunidades quilombolas de Caxias e região, em 20.11.2018 com 100 pessoas;- 01 oficina autoproteção com os indígenas Gavião em Amarante dia 30.11.2018 com 30 pessoas;- 04 reuniões institucionais para tratar das questões fundiárias dos casos inclusos, sendo 02 no INCRA dias 14 e 21.11.2018, 01 em 13.11.2018 na SPU e 01 no ITERMA em 29.11.2018;- 01 visita de monitoramento a comunidade Ilha de Camaputiua em Cajari em 21.09.18 com participação 6 pessoas;
--	--	--	--	--	--

					<ul style="list-style-type: none">- 01 oficina regional no dia 28.07.2018 sobre Pedagogia da Proteção no assentamento Capim Açú, cidade Cachoeira Grande com 20 lideranças de grupos locais;- 02 audiências públicas, sendo uma da comunidade Estiva do Cangati em Belagua dia 16.08.2018 com aproximadamente 30 pessoas e a outra na comunidade Campo do Bandeira e Arame na cidade de Alto Alegre do Maranhã dia 17.08.2018 com aproximadamente 40 pessoas;- 01 tomada de depoimentos pela Delegacia Agrária na comunidade Sesmaria do Jardim em 18.09.2018 com 12 pessoas;- Participação na caravana de direitos humanos na cidade de Brejo envolvendo a região do Baixo Parnaíba de 20 a 25.08.2018 onde se realizou uma oficina regional sobre Pedagogia da Proteção para aproximadamente 20 pessoas;- 01 atendimento presencial a comunidade Negra Velha de Luís Domingues em SLZ dia 20.11.18 por conta de relato e informações de novas ameaças na localidade;- 03 reuniões institucionais envolvendo o acampamento 16 de abril de Newton Belo, dias 04 e 05.07.2018 em São Luís: com a SSPMA para verificar andamentos das investigações de ameaças, com o ITERMA para demandas fundiárias e com a coordenação estadual do MST para questões de organização do acampamento;- 04 visitas de monitoramento de casos: com os Gamella 18.09.18, com a comunidade de Charco de São Vicente Férrer em 19.09.2018,
--	--	--	--	--	--

					<p>com a comunidade Ilha de Camaputiua 21.09.2018 e 29.11.18 com a defensora Maria da Luz em Bom Jesus das Selvas;</p> <p>- 02 visitas de apoio: aos indígenas Gamella 9 e 10.11.18 por ocasião do início dos trabalhos do GT de estudo antropológico e outra dias 22 e 23.10.18 aos indígenas Gavião em apoio e para averiguação da situação do assassinato do indígena Davi Mulato Gavião;</p> <p>- 01 reunião institucional dia 21.08.18 sobre o caso da comunidade Arame de Alto Alegre do Maranhão para tratar de demanda fundiária com o ITERMA;</p> <p>- 01 encontro estadual de direitos humanos em SLZ dias 05 e 06.12.2018 que reuniu aproximadamente 100 pessoas lideranças de comunidades rurais e entidades de direitos humanos em torno do tema a Pedagogia da Proteção.</p> <p>Observação: Além destas ações, foram encaminhados aproximadamente 70 ofícios para os órgãos do Governo Estadual (ITERMA, SSP, SEDIHPOP, PROMOTORIA AGRÁRIA, INCRA) com o objetivo de dar visibilidade à atuação dos DDH e solicitando providências quanto às demandas apresentadas pelos mesmos.</p>
		1.4.2. Acompanhamento das denúncias/demandas jurídicas e judiciais (acompanhamento dos inquéritos policiais e processos; prestação de apoio jurídico; e	X		<p>Meta: 10 Relatórios jurídicos</p> <p>Jan. a dez. 2018</p>

		articulação com órgãos de sistema de justiça)			<p>Realizado: 11 casos dos inclusos tiveram no período demandas jurídicas e administrativas e com acompanhamento investigativos, a saber:</p> <p>- indígenas Ka'apor, Mangueira em Chapadinha, Aldeia Velha em Pirapemas, acampamento 16 de abril em Newton Bello, Bem Feito em Formosa da Serra Negra, Estiva do Cangati em Belagua, Quilombo das Queimadas em Codó, São Benedito dos Colocados em Codó, Fazenda Sabiá em Caxias, Bom Jesus em Matinha e Negra Velha em Luís Domingues.</p>
		1.4.3. Viagens para atendimento aos defensores, articulação e monitoramento dos casos	X		<p>Meta: 60 Relatórios de visita</p> <p>Jan. a dez. 2018</p> <p>Realização: 38 viagens</p> <p>Observação: cada viagem pode resultar no atendimento de um caso ou mais, visando otimizar os recursos.</p>
		1.4.4. Articulação institucional e da rede parceira para atendimento/prestação de serviços	X		<p>Meta: 60 relatórios / instrumentos de parceria</p>

		<p>públicos, diante da demanda apresentada pelo DDH</p>			<p>Jan. a dez. 2018</p> <p>Realização:24 articulações de entidades rede parceira, a saber:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1.STTR DE BARRA DO CORDA/MA 2.CENTRO DE FORMAÇÃO PAROQUIAL DE BARRA DO CORDA 3.FETAEMA – REGIONAL DOS COCAIS - PRESIDENTE DUTRA/MA 4.DIOCESE DE ZÉ DOCA/MA 5.STTR DE ZÉ DOCA 6.Missão CTFD – Igreja Evangélica Assembleia de Deus 7.JNT 8.MIQCB 9.REVOAR 10.ASSOCIAÇÃO NOSSA SENHORA DO LORETO 11.MOQUIBOM 12.DIOCESE DE BREJO 13.DIOCESE DE GRAJAÚ 14.OÁSIS 15.STTR DE SANTA RITA 16.STTR DE ALTO ALEGRE DO MARANHÃO 17.STTR DE BREJO 18.SINTRAF DE BREJO 19.STTR DE CACHOEIRA GRANDE 20.STTR DE MORROS 21.AÇÃO DOS CRISTÃOS NO MEIO RURAL - ACR 22.ONG TIJUPÁ
--	--	---	--	--	---

					23.ONG INDÍGENA WYTY CATE 24.SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE BREJO
		1.4.5. Viagens de articulação da rede prestadora de serviços sócio assistenciais e jurídicos, nos municípios.		x	<p>Meta: 60 Relatórios / Cadastro de Parceiros</p> <p>Janeiro a dez de 2018:</p> <p>18 articulações com órgãos públicos locais, sendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 08 Secretarias de Assistência Social – Grajaú, Barra do Corda, Jenipapo dos Vieiras, Zé Doca, Belagua, Timon, Fortuna e Caxias; - 02 Secretarias de Saúde – CAPs – Grajaú e Barra do Corda; - 01 Secretaria de Educação de Brejo; - 01 secretaria de assuntos indígenas e jurídico em Barra do Corda; - 01 Ministério Público de Imepatriz; - 01 Delegacia da Cidade de Amarante; - 04 núcleos da Defensoria Pública em 3 cidades – Grajaú, Barra do Corda, Zé Doca e Caxias.

4. Gestão do PEPDDH/MA	2.1 Montagem do espaço físico para funcionamento da sede do Programa	2.1.1 Adaptação / Aluguel de Imóvel	X		<p>Meta: 01 Contrato / Recibo / Notas Fiscais</p> <p>Janeiro a dez de 2018:</p> <p>Realizado: Escritório adaptado para o Programa.</p>
		2.1.2. Aquisição de mobiliário	X		<p>Meta: Aquisição de mobiliário / notas fiscais</p> <p>Janeiro a dez de 2018:</p> <p>Realizado: Mobiliário adquirido.</p>
		2.1.3. Aquisição de Material de Escritório	X		<p>Meta: Aquisição de material de consumo / notas fiscais</p> <p>Janeiro a dez de 2018:</p> <p>Realizado: Material adquirido.</p>
	2.2. Gestão da Equipe Técnica do PPDDH	2.2.1. Organização de processo de seleção e contratação de profissionais para compor a equipe do PPDDH-MA, através de edital público	X		<p>Meta: 06 pessoas contratadas</p> <p>Janeiro a dez de 2018:</p> <p>Realizado: houve a demissão por motivo de estudo do técnico social da equipe técnica do PEPDDH/MA em janeiro de 2018. Ainda em janeiro de 2018 houve a seleção pública de novo profissional e em fevereiro de 2018 foi contratada uma nova profissional, uma</p>

		2.2.2. Realização de atividades de capacitação inicial da equipe técnica recém-contratada (1 coordenador, 1 advogado, 1 psicólogo, 1 técnico social, 1 motorista, 1 assistente administrativo) para apresentação e discussão das técnicas, estratégias e metodologias adotadas pelo PPDDH; e repasses e estudo dos casos já incluídos pelo Programa Nacional	X		<p>Meta: 02 listas de frequência / relatórios</p> <p>Janeiro a dez de 2018:</p> <p>Realizado: 07 atividades, sendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Encontro de 22 a 25 de maio do programa defensores de Minas Gerais – PEPDDH/MG; - 04 a 05.06.18 em Brasília oficina pedagogia da proteção; - 10.07.2018: Atividade sobre Vidas Ameaçadas, em Brasília; - 05.09.2018: Atividade sobre Vidas Ameaçadas, em Brasília;
	2.3. Criação e instalação de instâncias do PPDDH, mediante a construção do marco legal do PPDDH – MA.	2.3.1. Contribuição ao Processo de criação da instancia deliberativa do PEPDDH (Definição dos Membros; Planejamento das atividades; Apresentação dos casos de Defensores já inseridos)	X		<p>Meta: 02 Diário Oficial / Regimento Interno / Atas</p> <p>Janeiro a dezembro de 2018:</p> <p>Realizado:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 02 atividades para pactuação de regras e procedimentos para o funcionamento institucional do PEPDDH no Maranhão; - 01 Portaria instituindo o Condel/Defensores;

		2.3.2. Capacitação de agentes envolvidos diretamente com o PEPDDH, incluindo servidores do Estado e representantes de instância deliberativa e demais servidores públicos e atores diretamente envolvidos no PEPDDH (Apresentação do Programa e dos casos);		X	<p>Meta: 01 Relatório de Atividade</p> <p>Janeiro a dezembro de 2018:</p> <p>Realizado:</p> <p>Houve 01 reunião entre SEDIHPOP, SSP/MA e a SMDH - PEPDDH/MA, com apresentação dos principais casos e definição de servidor de referência para atuar pela SSP/MA nos casos que</p>
		2.3.3. Participação em reuniões para discussão do texto do marco legal do PEPDDH-MA	X		<p>Meta: 02 Reuniões</p> <p>Janeiro a dezembro de 2018:</p> <p>Realizado: 03 Atividades, sendo:</p>
		2.3.4. Acompanhamento do processo de Publicação do marco legal do PEPDDH no estado do Maranhão		X	<p>Meta: 01 publicação no diário oficial</p> <p>Realizado: A minuta do PL que cria o Programa Estadual foi encaminhada para o Gabinete do Governador do Estado, e aguarda-se o deferimento deste para que seja encaminhada para a ALEMA.</p>

	2.4. Realização de planejamento, avaliação e monitoramento das ações e atividades do PPDDH	2.4.1. Encontro para realização de planejamento estratégico e metodológico visando garantir a operacionalização das ações do Programa	X		<p>Meta: 01 Plano de Ação</p> <p>Janeiro a dezembro de 2018</p> <p>Realizado: 01 Plano de Ação construído pela Equipe Técnica do Programa.</p>
		2.4.2. Encontro anual para avaliação e monitoramento das ações do Programa		X	<p>Meta: 01</p> <p>Janeiro a dezembro de 2018</p> <p>Realizado: foi realizada um primeiro momento avaliativo do PEPDDH/MA com os casos em proteção, entidades da sociedade civil e SEDIHPOP onde se fez um balanço dos 2 anos do programa e</p>
	2.5. Promoção de divulgação/comunicação institucional do PEPDDH	2.3.2. Confecção de material de divulgação do PEPDDH		X	<p>Meta:</p> <p>100 Cartazes</p> <p>600 folders</p> <p>200 blocos</p> <p>100 pastas</p> <p>01 banner</p> <p>40 bolsas</p>

	2.6. Gestão do convênio	2.6.1. Acompanhamento físico-financeiro do convênio, com apresentação de relatórios de execução.	X		<p>Meta: 01 Relatório (para os 05 anos)</p> <p>Realizado: Feito mensalmente na coordenação colegiada da SMDH e enviado relatório a SEDIHPOP a cada 6 meses. Assim, já foram elaborados, incluindo este 3 relatórios de acompanhamento do PEPDDH/MA – Um de outubro de 2016 a julho de 2017; outro de agosto a dezembro de 2017 e esse atual de janeiro a junho de</p>
		2.6.2. Prestação de Contas e comprovação da realização das metas propostas	X		<p>Meta: 01 Relatório físico-financeiro (para os 05 anos)</p> <p>Feito mensalmente na coordenação colegiada da SMDH e enviado relatório a SEDIHPOP, 2 relatórios financeiros: um de outubro de 2016 e outro de janeiro a junho de 2018.</p>
	2.7. Reuniões Nacionais e da Coordenação Estadual	2.7.1 Participação das reuniões da Coordenação Estadual e do Comitê/Coordenação Nacional.		X	<p>Metas: 02 Relatórios / Atas / Listas de Presenças</p> <p>Realizado: 00</p> <p>Não tem havido reuniões de coordenações estaduais e coordenação nacional</p>
		2.7.2 Viagens de representante da Equipe para participar em reunião do comitê/ coordenação.		X	<p>Metas: 01 Relatório</p> <p>Realizado: 00</p>

4. INFORMAR OS PRINCIPAIS RESULTADOS/BENEFÍCIOS JÁ ALCANÇADOS, BEM COMO O IMPACTO SOCIAL SOBRE O PÚBLICO-ALVO BENEFICIADO:

Quantitativos de Janeiro a junho de 2018:

- Solicitações de atendimento: 28 casos envolvendo 44 pessoas;
- Total de pessoas atendidas: 25 casos envolvendo 40 pessoas;
- Total de pessoas incluídas atualmente (jan. a jun./2018): 24 casos envolvendo 60 pessoas;
- No período houve deliberação de desligamento de 02 casos;
- Total de participações em atividades formativas: 3 rodas de diálogo com 10 entidades estaduais da sociedade civil envolvendo 39 pessoas; 09 oficinas locais de autoproteção envolvendo 173 pessoas de articulações de base; 02 oficinas regionais; 01 Encontro Quilombola; 01 Encontro Estadual de Direitos Humanos com aproximadamente 100 pessoas
- Principais resultados imediatos: Nível de tensão e ameaças diminuídos nos casos:
 - Indígenas Gamella, os riscos permanecem, mas houve alguns avanços, como: constituição do GT GAMELLA pela FUNAI, estão conseguindo com muito esforço acessar alguns serviços públicos ainda que de forma pontual e fragmentada; no caso da comunidade Estiva do Cangati em Belagua, houve uma tentativa de homicídio ao parente de membro do defensor incluído no PEPDDH/MA, mas conseguiu-se fazer prisão em flagrante dos autores do fato;
 - Conseguiu-se acompanhar 06 audiências no âmbito judicial, 03 no âmbito administrativo e 02 no âmbito de investigação policial, envolvendo 10 casos (Comunidade Aldeia Velha - Pirapemas, Fazenda Sabiá – Caxias, comunidade quilombo das queimadas – Codó, acampamento Monte Alegre em Itinga, comunidade da Mangueira – Chapadinha, comunidade São Benedito dos Colocados em Codó, comunidade Bom Jesus em Matinha e comunidade Bem Feito em Formosa da Serra Negra, indígenas Ka'apor e acampamento 16 de abril).

Verifica-se que o PEPDDH-MA vem atendendo às demandas apresentadas pelos DDH, vem procurando o estabelecimento de articulações institucionais com os órgãos do Governo Estadual e Federal.

PROJETO SEMENTES DE ESPERANÇA

PROJETO 233.911.1045 ZG - PSE
PERÍODO: JANEIRO A DEZEMBRO/2018

DESCRIÇÃO	VALORES
1. Saldo Anterior	2.689,25
1. RECURSOS	
2.Creditos orçamentarios (Doação KZE/MISEREOR)	407.161,34
4. Rendimento de aplicação financeira	284,99
5.Outras receitas (Contrapartida)	132.034,00
SOMA DAS RECEITAS	539.480,33
2. APLICAÇÕES (Despesas)	
1.CUSTO DE PESSOAL (Salarios /encargos)	324.847,63
2. CUSTOS DO PROGRAMA (formação, Seminarios/publicações)	88.050,22
3.OUTROS CUSTOS CORRENTES (administrativas)	44.085,80
SOMA DAS DESPESAS	456.983,65
SOMA DAS RECEITAS	539.480,33
SOMA DAS DESPESAS	456.983,65
SALDO DO PROJETO	82.496,68

Projeto Sementes de Esperança: construindo o Desenvolvimento com garantias de direitos humanos.

O Projeto Sementes de Esperança, denominado PSE, tem apoio de MISEREOR - Katholische Zentralstelle für Entwicklungshilfe e.V. (Agência Central Católica para o Desenvolvimento), atua junto a comunidades tradicionais no Baixo Parnaíba Maranhense, onde acompanha lutas pelo reconhecimento de direitos territoriais, e no Baixo Munim, onde acompanha lutas de comunidades atingidas por mineração e linhas de transmissão de energia. Tem como objetivos que foram avaliados em 2018:

Objetivo 1 - Reconhecimento do direito à terra e ao território às comunidades tradicionais pelo Estado brasileiro por meio de regularização fundiária, titulação de territórios quilombolas e decretos desapropriatórios - em 2018, não tivemos regularização fundiária, nem titulação de territórios quilombolas e tampouco decretos

desapropriatórios pelo INCRA. Porém, houve algumas movimentações nos processos administrativos de 08 áreas apoiadas – Territórios Quilombolas de Depósito, Barro Vermelho e Saco das Almas, e em comunidades não quilombolas – Vertente, Tabatinga, Alto Formoso, Formiga e Santa Rosa.

Objetivo 2 - Atuação de órgãos de promoção, defesa e reparação de direitos em novos casos de violações aos direitos de comunidades tradicionais produzidas pelo próprio Estado ou agentes privados – em 2018, organizações locais de comunidades apoiadas acionaram delegacias de polícias, promotorias de justiça de suas comarcas e promotoria agrária em função de práticas de crimes ambientais – Territórios Quilombolas Bom Sucesso, Saco das Almas e Depósito, Pau Ferrado. Não tivemos ações de reparação de direitos relativas aos casos denunciados à OEA.

Objetivo 3 - Fortalecimento de redes de proteção e defensores de direitos humanos no Baixo Parnaíba Maranhense e Baixo Munim – em 2018, tivemos 05 denúncias às autoridades competentes relativas às comunidades do Acampamento Maria Aragão, Pau Ferrado, Território Quilombola Bom Sucesso e Caxingó. Tanto na região do Baixo Parnaíba Maranhense, como no Baixo Munim participamos ativamente das atividades realizadas pelos espaços regionais articulados pelas organizações da sociedade civil – Fórum em Defesa da Vida do Baixo Parnaíba Maranhense e Articulação dos Encontros de Lavradores do Baixo Munim.

O Projeto Sementes de Esperança em 2018 desenvolveu as ações e atividades relacionadas abaixo:

Na **continuidade do acompanhamento sociojurídico a 19 comunidades no Baixo Parnaíba Maranhense** foram realizadas visitas formativas, audiências públicas com órgãos fundiários e ambientais, defesa das comunidades junto a órgãos de justiça e segurança, articulação institucional para o cancelamento de registro ou matrícula de imóvel em razão de defeito essencial do título, articulações institucionais em defesa das comunidades apoiadas e encontros de avaliação e planejamento com comunidades.

Nas **ações de fortalecimento a processos de resistência** foram realizadas reuniões formativas com comunidades atingidas por linhas de transmissão de energia e por mineração, no Baixo Munim,

participação em ações de articulação política no Baixo Parnaíba Maranhense e Baixo Munim e levantamentos de casos de violações de direitos em comunidades atingidas por linhas de transmissão de energia e por mineração que resultarão em definição dos casos a serem acompanhados.

Quanto às **ações de incidência política**, foram realizados estudos e discussões internas sobre os temas relacionados à Campanha Estadual contra violência no campo e pela regularização fundiária, que será realizada em 2019.

No **monitoramento dos compromissos do Estado brasileiro com os direitos humanos**, foi dada continuidade ao acompanhamento dos casos já denunciados pela SMDH junto à OEA (Caso Assis, Alcântara, Saco das Almas), de modo particular, com uma comunicação à OEA sobre Alcântara. Foi produzida uma proposta de acordo de solução amistosa relativa ao caso Assis. E em relação ao monitoramento dos compromissos do Governo do Maranhão com os DHESCA's está sendo concluído o monitoramento das ações governamentais em fontes oficiais.

Quanto às **ações de formação e mobilização em direitos humanos** foi realizado 01 Curso de Formação de Agentes Populares de Direitos envolvendo participantes do Baixo Munim e Baixo Munim e 01 Caravana de Direitos Humanos em Brejo, que terá continuidade de ações pelas organizações locais.

E em relação às **ações de comunicação** foi publicado o balanço anual relativo aos DHESCA's em 2017, a elaboração e divulgação de 01 boletim sobre ações e temas de intervenção PSE, enquanto que a elaboração e divulgação de 01 artigo e produção e divulgação de 01 vídeo relativo aos processos de resistência apoiados deverão sair até março de 2019.

A realização das ações junto aos grupos beneficiários têm tido a cooperação dos mesmos, tanto na definição das atividades relacionadas ao acompanhamento, quanto na articulação e mobilização e desenvolvimento das atividades.

Com base nos resultados até aqui alcançados, classificamos o grau de alcance dos objetivos do projeto como médio. Em relação aos processos administrativos de desapropriação, regularização fundiária e titulação de territórios quilombolas efetivamente poderíamos ter alcançado mais do que apenas movimentações nos processos de 08 áreas apoiadas. Em relação à atuação de órgãos de promoção, defesa e reparação de direitos em novos casos de violações aos direitos de comunidades tradicionais produzidas pelo próprio Estado ou agentes privados, embora tenha havido o acionamento de órgãos públicos em alguns casos não houve atuação satisfatória em relação às demandas de alguns casos, como foi em Pau Ferrado, no município de Araioses, ou nos casos envolvendo impactos socioambientais em comunidades tradicionais atingidas por linhas de transmissão de energia. Os órgãos acionados tiveram atuação demasiadamente morosa. Por fim em relação ao fortalecimento de redes realizamos atividades importantes que no ano corrente nos possibilitarão avançar no fortalecimento de redes de proteção e defensores de direitos humanos no Baixo Parnaíba Maranhense e Baixo Munim.

Nesse contexto o desenvolvimento do projeto promoveu importantes lições até agora para os grupos beneficiários, sendo uma delas a constatação de que o desenvolvimento das políticas de reforma agrária, regularização fundiária e titulação de territórios étnicos sob o comando de representantes da bancada ruralista será mais difícil e, portanto, exigirá maior investimento da organização de base e fortalecimento de resistências locais. Assim, os objetivos definidos e as atividades planejadas no projeto continuam inalteradamente relevantes para eles.

Desenvolver atuação comprometida com os direitos humanos num contexto tão adverso a esses direitos exigiu e continuará exigindo da SMDH ações estratégicas de lutas que reforcem sua própria sustentação política e financeira, assim como o fortalecimento de processos de articulação política com os parceiros de lutas que se organizam no campo de lutas pelos direitos humanos.

Nesse cenário o desenvolvimento das ações do projeto é fundamental porque possibilita a atuação junto a um dos grupos mais atingidos pelo desmonte institucional realizado na atualidade, mas ao mesmo tempo possibilita atuação institucional junto aos grupos e movimentos que estão comprometidos com as lutas por direitos humanos no país.

➤ DEFENDENDO VIDAS E GARANTINDO DIREITOS EXPROPRIADOS

Projeto Defendendo Vidas : 233.911.1418 ZG

PERÍODO: JANEIRO A DEZEMBRO/2018

DESCRIÇÃO	VALORES
1. Saldo Anterior	424,89
1. RECURSOS	
3.Creditos orçamentários	590.964,50
4. Rendimento de aplicação financeira	475,53
SOMA DAS RECEITAS	591.864,92
2. APLICAÇÕES (Despesas)	
I INVESTIMENTOS (bens)	39.230,68
II CUSTO DE PESSOAL (Salários /encargos)	329.155,78
III CUSTOS DO PROGRAMA (formação, Seminários/publicações)	129.121,55
IV OUTROS CUSTOS CORRENTES (administrativas)	21.308,50
V AVALIACAO ANUAL	24.285,84
SOMA DAS RECEITAS	591.864,92
SOMA DAS DESPESAS	543.102,35
SALDO DO PROJETO	48.762,57

Da execução do Projeto Defendendo Vidas e Garantindo Direitos Expropriados

Em 2018 realizamos as oficinas estaduais em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Pernambuco.

A primeira aconteceu no Estado de Mato Grosso, em Cuiabá, nos dias 26 a 28 de fevereiro de 2018, com a participação de 48 pessoas, sendo estas indígenas, representantes de movimento de trabalhadores rurais sem terras, institutos, entidades, organizações de direitos humanos, camponeses, sindicalismo urbano e rural, centros de defesa de direitos humanos, entre outros.

A Oficina iniciou com a apresentação, análise de conjuntura, levantamento da situação dos direitos humanos no Estado, que organizações, entidades e movimentos estão levando essa luta, consignando aproximadamente 30 organizações, entidades e movimentos sociais, bem como aconteceu o levantamento da situação dos defensores e

defensoras de direitos humanos no Estado ameaçadas por causa de sua luta, os quais ultrapassam a 20 pessoas ameaçadas.

A segunda oficina aconteceu no Estado de Mato Grosso do Sul, nos dias 18 a 20 de maio de 2018, em Indápolis/Dourados, contando com a participação de 42 pessoas. O levantamento constatou que os direitos humanos mais afetados são: direito ao território, à terra, à água, educação, saúde, assistência social, moradia, recursos naturais, entre outros.

A terceira oficina ocorreu em Pernambuco, na Cidade de Recife, nos dias 31/07 a 01/08/2018, com 25 participantes. A análise dos direitos humanos no Estado, iniciando pelo contexto e percepção, como: desmonte das políticas públicas; privatização dos recursos naturais; aumento da violência no campo; intensificação do discurso do ódio, retrocesso no acesso à educação dos negros, indígenas, e trabalhadores do campo; aumento da violência com crueldade; o papel do golpe de retirada da Presidente nesse contexto de retirada de direitos; desmonte do INCRA e da Fundação Palmares; criminalização de lideranças dos movimentos sociais que lutam por direitos; venda do pré-sal e a PEC do teto dos gastos; e a população começa a desacreditar de ser possuidora de direitos.

Apoios emergenciais em 2018, pelo Projeto Defendendo Vidas e Garantindo Direitos Expropriados, foram 16 casos de defensores/as de direitos humanos, advindos de São Paulo, Paraná, Pernambuco, Pará, Goiás, Rondônia, Bahia e Mato Grosso do Sul.

O apoio emergencial ocorreu também defensores de direitos humanos coletivos no Maranhão, no Distrito Federal, em Goiás e em São Paulo.

O apoio significou contribuição para alimentação, deslocamento, honorários advocatícios, remédios, consultas, etc.

Conforme se constatará no item VIII, deste relatório, as atividades do Projeto Defendendo Vidas e Garantindo Direitos Expropriados foram complementadas pelo Projeto das Entidades de Cooperação Católica.



Coordenação Colegiada da Sociedade Maranhense
de Direitos Humanos - SMDH

Informações da entidade

Sociedade Maranhense de Direitos Humanos

Rua do Desenho, quadra 10, casa 29, Cohafuma– CEP: 65071-000 – São Luís/MA –
Telefax: (98) 3231 1897 / 3231 1601

Avenida W5, SGAN 914, Conjunto F, Aldeias Infantis, Casa 02, CEP 70.790- 140 –
Brasília/DF Fone Fax: (061)3272-8372/3273-4585 – e-mail: smdhbsb@terra.com.br

Rua General Labatut, nº 26, Térreo, Barris, CEP 40.070-100 – Bahia/BA

Endereços eletrônicos: smdh@terra.com.br smdhbsb@terra.com.br

site: www.smdh.org.br

ⁱ Alguns casos demandaram mais de um atendimento